

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
CAMPUS DE CAICÓ – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO CERES
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA

HUGO MARTINS DE SOUZA

**Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó: Religiosidade &
Resistência Sociocultural**

CAICÓ/RN

2016

HUGO MARTINS DE SOUZA

**Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó: Religiosidade &
Resistência Sociocultural**

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em História e Cultura Africana e Afro-
Brasileira, da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, Centro de Ensino
Superior do Seridó, Campus de Caicó,
Departamento de História, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Especialista, sob a orientação da Dr.^a
Maria de Fátima Garcia.*

CAICÓ/RN

2016

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	05
II – DESENVOLVIMENTO.....	11
II. I – O TRÁFICO INTERNACIONAL DE ESCRAVOS E A RIQUEZA DAS NAÇÕES.....	11
II. II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	16
II. III – A ORIGEM DAS IRMANDADES DE NEGROS: IDEOLOGIA OU RESISTÊNCIA SOCIOCULTURAL?.....	24
II. IV – A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA RIBEIRA DO SERIDÓ: RELIGIOSIDADE & RESISTÊNCIA SOCIOCULTURA.....	31
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	51

Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó: Religiosidade & Resistência Sociocultural

Hugo Martins de Souza

Dr.^a Maria de Fátima Garcia.

RESUMO

Na eminência dos 250 anos de constituição da *Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Seridó*, em 2021, os Negros do Rosário de Caicó permanecem a celebrar a festa de sua padroeira apresentando-se pelas ruas da cidade em seu cortejo real ritmado pela batida dos tambores e pela suavidade do pífano, sons que ditam a coreografia guerreira dos dançarinos/lançadores do espontão (dança de inspiração africana de encenação de uma batalha guerreira em defesa de seu reinado), manifestação sociocultural de genuína beleza criada no período colonial pelos escravos africanos e seus descendentes. A manifestação sociocultural e religiosa dos Negros do Rosário do se constituem uma tradição de fé, beleza e simbolismo sociocultural que se renova a cada ano, consagrado no ato simbólico de coroamentos do rei e rainha (reis do Congo) do Rosário. De toda diversidade de elementos que compõe o complexo mosaico sociocultural africano (afro-brasileiro, particularmente) a religião é certamente um dos mais expressivos aspectos da cultura popular africana cujo processo civilizatório europeu não fora capaz de silenciar. É neste contexto de conflitos e resistências que dispusemo-nos a aprofundar a discussão e debate acerca da compreensão teórica dos mecanismos de resistência sociocultural dos povos africanos e seus descendentes, cuja história fora marcada pelo cativo, tendo como objeto de pesquisa o estudo da *Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Seridó*, referência de valorização e (re)afirmação da identidade sociocultural dos povos negros, cuja história encontra-se marcada pela ferradura de um dos mais violentos processos de espoliação e negação da dignidade humana, a escravização capitalista europeia de africanos e seu consequente processo de marginalização, exclusão, segregação, discriminação e emparedamento sociocultural e econômico evidenciado logo após a conquista da “liberdade” aos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades Negras. Negros do Rosário. Resistência Sociocultural.

I – INTRODUÇÃO

“Fala-se em Caicó. Se conta a história de Caicó. Mas, dentro da história de Caicó é claro, é evidente, que tem que se contar a história do negro do Seridó... Caicó tornou-se Caicó com outra história. A história negra ficou pra trás. Ela não foi escrita.” (Possidônio Silva, Maio de 2016).

A manifestação ritualístico-religiosa dos “Negros do Rosário” do Seridó, por força de sua origem popular peculiar, sobreviveria ao longo de séculos às adversidades e intempéries históricas advindas do processo de cativo e imposição sociocultural dos colonizadores, especificamente contra os povos africanos e seus descendentes, chegando vigorosamente aos dias atuais apresentando elevado potencial de aglutinação e fortalecimento da identidade cultural.

A existência, ainda hoje, de irmandades negras em municípios do Seridó norte-rio-grandense (Caicó, Jardim do Seridó/Parelhas e Serra Negra do Norte), como noutros municípios potiguares e do Sertão da Paraíba (como: Santa Luzia e Pombal), além de inúmeras outras espalhadas pelo Brasil afora são testemunhos vivos da extraordinária capacidade de resistência sociocultural das comunidades negras brasileiras.

Os negros (escravizados, libertos¹ ou forros), durante o período de festa, protagonizam com alegria e empolgação a simbólica encenação ritualístico-religiosa de coroamento de seu reinado, evento de fé e devoção à padroeira dos pretos, Nossa Senhora do Rosário, rito que em sua essência conduz o reencontro do povo negro com suas origens e identidade africana que lhes fora negadas, alento espiritual de um povo marcado pelo sofrimento, pelo genocídio, pelos castigos físico, psicológico e cultural, mantido de maneira igualmente perversa no pós-libertação (de 1888 aos dias atuais) através do racismo exclusão, da marginalização e da segregação sociocultural e econômica.

Rei, rainha, juízes, capitão, guerreiros/dançarinos e súditos formam a nobre corte dos Negros do Rosário, exibindo sua dança ritualística de simulação de uma batalha

¹ Utilizamos o termo, libertos, para se referir aos negros que se tornaram “libertos” da escravidão não de direito com a compra da alforria, mas por iniciativa própria, através das fugas.

guerrilheira, onde os atores eram pessoas reais, escravos em sua maioria, que acordam do pesadelo de suas vidas de cativo e marginalização para o universo cultural dos sonhos que lhes fora negado.

Surge lá na vereda a nobre corte negreira adentrando em visita real nos lares do pequeno vilarejo a recolher donativos para a construção da sede de sua padroeira. Donde vem tanta força que estes guerreiros do cárcere a utilizam pra levar tanta alegria, amor, espiritualidade e devoção a todos os lares? Como não transmitir alegria num momento de exercício da cultura viva de seu povo que os liberta?

Daqui ao Caicó vai mais de légua e meia, por isso o andar é ligeiro. Então partem com alegres aqueles bravos guerreiros de suas humildes taperas dos assentamentos de negros libertos ou das fazendas dos senhores partem os negros do cativo. Na madrugada estrelada pegam a vereda e seguem juntando-se ao animado grupo da irmandade que segue ao longo da estrada larga que conduz a corte real à capela do vilarejo. As distancias logo encurtam quando o caminhar é com alegria, de longe logo se avista a vila no entorno da igreja do povoado que ainda dome na madrugada de domingo de festa da santa padroeira.

Mas o som dos tambores e do pífano quebram o silêncio e a rotina na alvorada sertaneja do vilarejo setecentista. Então no quebrar da barra desperta do sono de todos os moradores do pacato vilarejo, a receber de portas e janelas abertas a visita nobre corte guerreira. A curiosidade é tanta que acorda jovem, velho e menino, uns com admiração os aplaudem, outros com desprezo os xingam. Porém, a altivez majestosa da corte negra se impõe nas visitas a domicílio ou patamar da nova igreja dos brancos que logo se achegam. Lá dentro os negros não entram, a irmandade do Rosário protesta, mas quem reina lá no terreiro da igreja na festa de sua padroeira é com certeza a negrada que dançando e exibindo o entrelaçado das lanças com habilidade e destreza.

Aí reside, enfim, a força da resistência sociocultural e religiosa de um povo que soube criar seus próprios mecanismos de libertação cultural e espiritual da Irmandade, artifício de libertação contra a exploração impingida pela ordem mercantilista do capitalismo que se erguia nos ombros da mama África e que triunfa no caminho manchado com o sangue dos povos nativos e guerreiros.

A apresentação ritualística dos Negros do Rosário seridoenses (como noutros lugares) constitui-se uma das mais belas, simbólicas e genuínas manifestações socioculturais do povo brasileiro, cujos ritos permaneceriam preservados, pelos próximos dois séculos resistindo às adversidades históricas incorporadas à encenações, às danças, aos ritmos, ritos, sons e sabores da comunidade de negros do Rosário que vibra na festa de sua padroeira.

A manifestação religiosa dos Negros do Rosário, sacramentada pelo batuque dos tambores (caixas) e pela suavidade medieval do pífano, juntos, ditam o ritmo dos movimentos dos dançarinos (lançadores) que manejam com destreza o entrelaçado dos espontões. Manifestação ritualística que demonstra o hibridismo da cultura dos povos negros, de enredo oficialmente europeu, mas de conteúdo essencialmente africano.

Animados pela dança frenética dos mais hábeis e vigorosos negros da freguesia, atentos aos ensinamentos dos mais velhos, motivados pelo encantamento e aplausos sinceros dos que os admiram e resistentes aos olhares atravessados, narizes contorcidos e atitudes de desprezo e indiferença dos que os criticam, os “Negros do Rosário” do Caicó seguem vigorosamente caminhando rumo ao futuro, na eminência de seu bicentenário e meio de existência.

Mais que uma simples confraria religiosa de celebração e profissão da fé católica, religião imposta pelos colonizadores europeus; mais que uma mera encenação ritualística folclórica utilizada ideologicamente pela classe dominante local para apaziguar os ânimos dos escravizados; mais que uma mera manifestação folclórica de exercício da cultura africana, a Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó e suas congêneres, assim como as demais manifestações socioculturais de matriz africanas, apresentam-se como elemento essencial de resistência dos povos negros cativos e seus descendentes à dominação imposta pelo colonizador escravocrata e pela elite dominante, um espaço de vivência, de conquista, de exercício e de desenvolvimento da identidade sociocultural da comunidade afro-brasileira em terras seridoenses.

Portanto, abordar a questão dos “Negros do Rosário” se constitui uma tarefa de grande responsabilidade por parte do pesquisador, não apenas pela identidade pessoal com a temática suscitada, mas, sobretudo pela necessidade de compreensão dos mecanismos de resistência e sobrevivência sociocultural à escravidão e ao conseqüente

processo de dominação cultural, opressão, preconceito, marginalização e racismo, os quais a comunidade negra brasileira permanecera submetida no pós-Abolição de 1888.

Além do mais, a temática suscitada torna-se oportuna pela eminência da passagem dos 250 anos de constituição oficial da confraria religiosa da *Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Seridó*, a ser comemorada em 16 de junho de 2021, marco referencial de luta e resistência da comunidade negra brasileira ao mais infame e violento processo de espoliação do trabalho humano, castração de liberdades e genocídio da história da humanidade, a saber, a escravidão capitalista europeia dos povos africanos.

Pretende-se, com a presente pesquisa, aprofundar o estudo historiográfico acerca da questão da Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó, enfatizando e destacando, não apenas sua importância como instituição religiosa, mas e, sobretudo, como mecanismos de resistência dos povos africanos e seus descendentes ao processo de dominação sociocultural, de cativeiro e de segregação imposta pela classe dominante.

Abordar-se-á as questões fundamentais acerca da temática partindo, porém, de uma leitura crítica dos conteúdos originários da pesquisa, concebendo-as como um elemento (dentre tantos) de resistência cultural à dominação de classe. Por isso, evitou-se realizar uma pesquisa restrita ao mero levantamento mecânico de informações e dados inventariais acerca das características superficiais (ritos, musicalidade, danças, instrumentos, indumentária, religiosidade, entre outros) através de uma abordagem meramente antropológico-cultural, distanciando-a da realidade concreta, da vivência e do contexto sociocultural o qual o referido objeto de estudo encontra-se inserido, restringindo-o ao estudo das características ritualísticas, socioculturais e religiosas, concebendo-o meramente como estudo do fenômeno cultural-religioso-ritualístico, onde ao pesquisador resta, tão somente, o mecânico trabalho de descrição, enumeração e mensuração dos elementos característicos, empobrecendo a relevância de seu objeto.

Antes, dispendeu-se atenção especial ao processo histórico (conflitos, diálogos, resistências e acordos estabelecidos entre escravos e colonizados) que originaram o

surgimento de hibridismos² como o fenômeno sociocultural-religioso dos Negros do Rosário, de conteúdo oficialmente católico, porém espiritualmente africano.

A presente pesquisa norteia-se em torno da compreensão, a discussão e o debate acerca da temática suscitada gerada pela seguinte inquietude: Como a Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó, com quase dois séculos e meio de existência, uma das mais antigas e populares confrarias religiosas da Igreja Católica brasileira, fundada oficialmente na segunda metade do século XVIII, em pleno período colonial, para congregar negros escravos, aforros ou livres, e seus descendentes, conseguiu resistir ao longo processo de escravização, de dominação cultural, opressão, preconceito, discriminação, marginalização e racismo pelo qual os povos afrodescendentes brasileiros permaneceram e ainda permanecem submetidos, preservando, ainda hoje os elementos fundamentais da tradição cultural africana?

Buscar respostas (ou gerar novas inquietudes) ao questionamento suscitado constituirá-se o objetivo principal da presente pesquisa. Obviamente que não se pretende atingir a elucidação total acerca da problemática suscitada, já que haverá sempre possibilidades de novas leituras, questionamentos e contestações. Espera-se tão somente contribuir com o debate teórico acerca da temática suscitada, gerando novos questionamentos. Pretende-se, simplesmente, abordar as questões mais relevantes e fundamentais do objeto de pesquisa resgatando a importância devida da luta de resistência dos oprimidos ao nefasto processo secular de espoliação gerado ao longo de séculos cativo e o pelo racismo.

Quanto à metodologia utilizada, destacamos a importância da dialética como ferramenta metodológica essencial para uma compreensão mais ampla dos elementos do objeto de estudo, elevando a capacidade de articulação, discussão, debates e sínteses ao longo de todo processo de condução, realização, execução e desenvolvimento da pesquisa.

Finalmente, para viabilizar a realização da pesquisa bibliográfica e de campo, fez-se necessário o uso de um conjunto de procedimentos metodológicos, sem os quais

² Entende-se por hibridismo o processo de resistência sociocultural dos povos nativos e africanos resultantes de acordos estabelecidos entre a imposição da classe dominante (colonizadores) e a resistência dos oprimidos (povos nativos e escravos africanos), que se expressa nas manifestações cultural-religiosas populares.

não teria sido possível sua efetivação, sendo: I - O uso de recursos técnicos diversos para o registro e produção de documentos indispensáveis para o êxito da pesquisa; II - A necessária leitura bibliográfica para a devida fundamentação teórica do objeto pesquisado, construindo um ambiente propício a uma ampla e contextualizada e; III - A valorização de algumas ações e procedimentos empíricos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, como: reflexões acerca das leituras bibliográficas, as experiências vivenciadas nos contatos e interações sociais, as impressões, entrevistas e conversas informais acerca do tema.

II – DESENVOLVIMENTO

II. I – O TRÁFICO INTERNACIONAL DE ESCRAVOS E A RIQUEZA DAS NAÇÕES

As Grandes navegações europeias abriram caminho ao processo de expansão comercial do capitalismo mercantilista mundial, iniciada no século XV, contribuindo para difundir, nos séculos seguintes, a civilização colonizadora, escravista e capitalista europeia aos quatro cantos do mundo (América, África, Ásia e Oceania).

No Novo Mundo, na medida em que a colonização avançava do litoral adentrando-se pelos sertões a população nativa sofria as consequências devastadoras desse “amistoso” contato, tanto pela perda territorial como pelo genocídio, pela escravidão e pelo processo de perda de sua identidade sociocultural milenar.

Enquanto a população nativa (indígena) ia sendo confinada nas aldeias, escravizada e/ou exterminada, suas terras eram pilhadas, ocupadas e exploradas pelos colonizadores europeus, pilhado inicialmente seus recursos naturais (madeira) expandindo posteriormente a exploração econômica de suas terras pela atividade canavieira do litoral e nos sertões em busca metais preciosos nas capitânicas sulinas e fazendas de gado, nas capitânicas do norte, atividade econômica integrada à economia canavieira.

Assim o capitalismo se firmou, se desenvolveu e se consolidou como modo de produção hegemônico graças à acumulação primitiva de riquezas advinda da exploração do trabalho escravo dos povos nativos e africanos pelas potências coloniais europeias, ao longo do século XVI à segunda metade do século XIX. É certo que a escravidão em relação aos africanos não é um fenômeno iniciado somente a partir do “descobrimento” do Novo Mundo, em 1492, já que, conforme informa o pesquisado Nigariano Joseph E. Inikori³ (in UNESCO, 2010, p. 91), há registro de vendas isoladas de escravos africanos

³ O historiador Joseph E. Inikori nasceu em 1941 na Nigéria onde se graduou e conquistou seu doutorado pela Universidade de Ibadan, em 1968. No Reino Unido, estudou na London School, onde obteve seu

na região do Mediterrâneo antigo e, posteriormente, de maneira mais significativa, a partir do século IX, com aumento dos fluxos de escravos da África Subsaariana para o resto do mundo (sobretudo para a Europa meridional, o Oriente Médio e regiões isoladas da Ásia), porém “quantidades” anuais pouco significativas se comparados ao tráfico transatlântico de escravos do século XVI ao XIX.

Acerca desse lucrativo e vergonhoso comércio de seres humanos, explorado por cerca de quatro séculos, pelo capitalismo europeu, Djibril Tamsir Niane⁴, comenta

O comércio de escravos foi praticado antes de 1600 na África, mas os números envolvidos eram limitados. Não ha nenhuma comparação com o tráfico negreiro que a Europa iria impor ao mundo negro a partir de 1500. Os europeus mantiveram inicialmente boas relações comerciais com os soberanos do Sudão, da Guine, do Congo etc.; por volta de 1550, porém, os portugueses foram afastados pelos holandeses, ingleses e franceses, que sem exceção construíram empórios e fortes nas costas africanas, para obter mais proveito desse trafico. (Idem, in UNESCO, 2010, p.776).

A escravização dos povos africanos pelas metrópoles coloniais europeias fora, portanto, à base de sustentação econômica do capitalismo moderno e industrial, cujo acúmulo de riquezas advindas do lucrativo comércio (tráfico) de seres humanos e, sobretudo, pela conseqüente exploração do trabalho escravo, sustentou o colonialismo europeu no Novo Mundo, possibilitando o desenvolvimento da atividade industrial, no século XVIII, iniciada na Inglaterra – potência beneficiária direta do colonialismo europeu do Novo Mundo.

Do ponto de vista humanitário, a violenta captura de africanos para o cativoiro constituíra-se uma das mais vergonhosas páginas da história da humanidade, desestruturando a economia e a cultural dos povos africanos, retirando-os do convívio

PhD, em 1973. Atualmente Inikori é Professor do Departamento de História da Universidade de Rochester, de New York (EUA), com especialidade em História econômica Afro-Americana no Atlântico.

⁴ Djibril Tamsir Niane é um escritor e historiador guineense, nascido em 1932, na capital Conakri (Guiné, berço do império Mali), autor de vários livros de história das tradições orais da África antiga, tendo estudado história na Universidade de Bordeaux (França), especializando-se em história africana, especificamente sobre o Império do Mali. Djibril Tamsir Niane é autor do volume IV do livro a História Geral da África - África do século XII ao XVI, publicado pela Unesco.

familiar, social e cultural. No Brasil a escravização europeia dos africanos perdurou por mais três séculos e meio (da década de 30 do século XVI até 1888), sendo esta a acumulação primitiva de capital sob o qual se ergueram as jovens nações e do Novo Mundo.

Reduzidos à condição animalesca, de objeto ou mercadoria, os negros africanos sobreviventes da captura, do alojamento e da travessia desembarcavam exaustos nas cidades portuárias do Novo Mundo (que no caso da colônia portuguesa da América, eram os portos de São Salvador e Rio de Janeiro, Recife, São Luiz e Belém do Pará), donde, após dias de confinamento em armazéns de engorda, seriam finalmente vendidos no mercado e conduzidos por seus senhores para o trabalho nos canaviais, engenhos, fazendas, minas, vilas e cidades do Brasil colonial e imperial, cujo investimento (despesas) deveria ser rapidamente retornado e ampliado sob a forma de lucro através da exploração brutal da força de trabalho de sua escravaria.

Acerca do volume de cativos africanos exportados pelo tráfico internacional de seres humanos, entre o século XVI e o final do século XIX, INIKORI (in UNESCO, 2010, p. 91) reconhece ainda não ser “possível avaliar, com exatidão, o papel histórico mundial do tráfico de escravos da África”. Porém, segundo os dados e correções posteriores, realizadas a partir de 1976, relativas ao estudo do pesquisador Philip D. Curtin⁵ o volume do tráfico transatlântico passaria de 15.400.000 indivíduos.

Quanto aos números relativos ao tráfico internacional de escravos como um todo, neste período (entre o século XVI e o final do século XIX), o historiador Inikori avalia em “aproximadamente 22,2 milhões de indivíduos exportados da África negra para em direção ao resto do mundo, entre 1500 e 1890” (UNESCO, 2010, p. 100), sendo: 15.400.000, o número aproximado de indivíduos exportados pelo tráfico transatlântico, 3.956.000, pelo tráfico transaariano e 2.900.000 pelo tráfico do Oceano Índico e mar Vermelho.

O cerceamento do tráfico de escravos, evidenciado na segunda metade do século XIX, originou no seio da classe dominante uma política racista de branqueamento da população, endossada pelo governo imperial brasileiro, (mantida pelos governos

⁵ Philip D. Curtin (1922 –2009), professor emérito da Johns Hopkins University, foi um renomado pesquisador-historiador norte-americano especialista em tráfico transatlântico de africanos.

republicanos que o sucederam), implementada de maneira mais visível através de basicamente três processos:

I – diretamente, pela eliminação física de negros nas frentes de batalha durante a “Guerra do Paraguai” (1874-1870), na qual morreram teriam morridos cerca 90 mil de negros, já que o percentual de negros como soldados nas fileiras das forças armadas brasileiras enviadas para a guerra chegava a superar 90% do efetivo;

II – indiretamente, pelo branqueamento causado pelo processo de miscigenação associado aos elevados índices de mortalidade evidenciados entre os escravos e a aforros, causados pela situação de pobreza e miséria dos mesmos; e

III – Sutilmente, através da política de substituição da mão de obra negra por europeia, ao não contemplá-los (os negros) com o trabalho livre, antes, substituindo-os pela mão-de-obra branca dos imigrantes europeus, mantendo-os como mão-de-obra barata, desqualificada e de reserva (desempregados).

Ou seja, além de não reparar os danos socioeconômicos causados aos povos negros (africanos e seus descendentes), por mais de 300 anos de cativo, ao final do regime de escravidão a elite dominante os abandona à própria sorte, consolando-os no final com a pseudolibertação de 1888, que, apesar do avanço, serviu mais aos interesses da classe dominante ao livra-la de qualquer possibilidade de indenização e/ ou reparação dos danos causados por mais de 250 anos de cativo, bem como de vínculos ou compromisso de contratá-los como mão de obra assalariada, elemento desencadeador do elevado êxodo rural de ex-escravos evidenciado no pós-Abolição, marginalizando-os nas periferias das grandes cidades, agora transformados em mão de obra desqualificada e de reserva (desempregada).

Apesar disso, em 1872, há apenas 16 anos abolição da Abolição da Escravatura, a participação dos negros na composição da população brasileira permanecia ainda bastante elevada. Os dados do censo de 1872⁶ indicam que 15% da população era

⁶ Há menos de duas décadas do final do período Imperial, o monarca D. Pedro II determina a realização do primeiro censo oficial populacional brasileira, realizado em 1872, cujos dados refletem a composição étnica da população brasileira no final da escravidão (há 16 da Abolição da Escravatura) do pós-Guerra do Paraguai (1864 a 1870) que vitimou parte da população negra e no início da política de substituição da mão de obra negra por branca, através de incentivos à imigrantes europeia.

composta por escravos e 42,8 % de pardos⁷, números que totalizam 57,8% de origem africana.

É neste contexto de expansão capitalista, de descobertas e abertura de novas rotas comerciais, de navegação em mares nunca antes navegados, de descoberta de novos mundos, de espoliação internacional do trabalho humano, de privação da liberdade e expansão de cativeiros; de venda de seres humanos no mercado; de acúmulo de riquezas pelas potências mercantilistas europeias; de quebra do monopólio católico do cristianismo; de reação católica ao avanço do protestantismo; enfim, de expropriação de terras e extermínio das nações indígenas; de negação da dignidade humana a africanos e nativos americanos que, fruto dos conflitos, imposições, diálogos, “acordos” e “entendimentos” (nada pacíficos!) entre a ordem dos opressores (a classe dominante escravocrata, latifundiária e a aristocracia) e a resistência dos oprimidos (os trabalhadores livres, escravos africanos e nativos) surge por volta de meados do século XVIII, no povoado do Caicó então da capitania da Paraíba, a confraria católica da “Irmandade dos Negros do Rosário”.

Assim, desses conflitos e embates, da capacidade criativa de resistência sociocultural dos povos escravizados africanos e seus descendentes, da força da oralidade utilizada como mecanismo popular de preservação dos elementos fundamentais da cultura africana, da elevada capacidade de adaptação e sobrevivência cultural condicionada, obviamente, pela imposição dos valores socioculturais e religiosos da classe dominante (escravocrata e colonizadora), que se desenvolve e se populariza, no Brasil colonial, particularmente, nas fazendas, povoados e vilarejos do Seridó antigo, entre escravos, a representação simbólica ritualística dos festejos em devoção à Senhora do Rosário, manifestação oficialmente católica, mas espiritualmente africana.

⁷ Vale salientar que o percentual dos que se declararam pardos no censo de 1772, assim como ocorre atualmente, não reflete plenamente a realidade étnica brasileira, podendo haver sensíveis distorções desses percentuais para baixo e, ao contrário dos percentuais de brancos, para cima, já que muitos de descendência africana se declaram brancos por questão de autopromoção.

II. II. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fatores histórico-geográficos, políticos e econômicos peculiares, como: a existência de um estado nacional politicamente centralizado e de uma burguesia mercantilista disposta a investir na expansão de suas transações comerciais, associados ao acúmulo de conhecimentos técnicos (náuticos e marítimos) oriundos da atividade pesqueira do desenvolvimento da ciência náutica, são elementos que contribuem para a explicação da primazia portuguesa no expansionismo marítimo-comercial europeu nos séculos XV e XVI.

Djibril Tamsir Niane, comentando as transformações ocorridas no período que se estende entre os séculos XV e XVI, no livro “*História Geral da África*”, do Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África (UNESCO, 2010), o mesmo conclui:

Não somente na história do continente negro, mas também na história geral de nosso planeta iniciava-se uma nova era para a humanidade: a caravela leve com suas velas manejáveis, a pólvora de canhão e a bússola proporcionaram à Europa o controle do mar e de todo o sistema comercial do mundo. (UNESCO, 2010, p. 763).

O pioneirismo português nas Grandes Navegações para além do Mediterrâneo e da costa europeia inicia-se com a conquista de Ceuta, em 1415, onde Portugal lança-se de maneira progressiva e irreversível, ao longo dos séculos XV⁸ e XVI, na vanguarda histórica do expansionismo marítimo-comercial, estabelecendo entrepostos comerciais em ilhas oceânicas e ao longo da costa oeste africana chegando, em 1497, ao extremo sul do continente, contornando-o e explorando a costa leste, conquistado a Ilha de

⁸ A partir da conquista de Ceuta, em 1415, no norte da África, ao longo de todo século XV e XVI, Portugal se inaugurou sua política de conquistas e expansão marítimo-comerciais dos mares, estabelecendo entrepostos comerciais na ilhas e na costa da África: arquipélagos da Madeira (1419) e Açores (1427), Ilhas de Cabo verde (1456) e São Tomé e Príncipe (1470), Guiné (1460), Congo-Angola, (a partir de 1482), Moçambique (1497) Madagascar (em 1500), noutro ponto mais ao norte da costa leste da África; e na Ásia: atingindo a Índias (em 1498) e diversas ilhas do sudeste e leste Asiático, ao longo das duas primeiras décadas do século XVI; transpondo o Atlântico e “descobrimo” do Brasil (em 1500).

Moçambique abrindo caminho para as Índias, o leste e sudeste asiático, coroando sua escalada expansionista pelo Atlântico rumo ao Novo Mundo (em 1500).

A navegação oceânica em mar aberto e, conseqüentemente, a abertura de novas rotas comerciais para “além-mar” abrindo caminhos ao Atlântico rumo ao Novo Mundo, pelos espanhóis e, particularmente, pelos portugueses⁹ ocasionou do ponto de vista religioso a expansão da religião católica à África e colônias da América, contribuindo para a subjugação ideológica dos povos nativos pelas metrópoles europeias na África, Ásia, Oceania, e, sobretudo, na América. Acerca deste pioneirismo Ibérico nas grandes navegações NIANE (2010) comenta:

Com a circunavegação, os muçulmanos, que até então haviam desempenhado papel preponderante, cederam lugar aos cristãos da Espanha e de Portugal. Não foi por acaso que as descobertas marítimas foram feitas pelos portugueses e espanhóis, herdeiros da ciência árabe. (Idem, 2010, p. 764).

Os mecanismos de dominação utilizados pelos europeus para subjugação dos povos nativos aborígenes da América, todos relacionados direta ou indiretamente à superioridade militar dos colonizadores, foram: a imposição e assimilação dos padrões socioculturais europeus impostos nos “aldeamentos” jesuítas e pelo processo de miscigenação; a escravização de centenas de milhares de nativas; e, de maneira mais recorrente, o combate implacável aos rebeldes “infiéis” e seu extermínio (genocídio) com armas de fogo ao longo do processo de apropriação dos sertões (das terras indígenas) por parte dos colonizadores europeus; e, finalmente, para complementar a lista de eventos relativos ao extermínio dos nativos, se menos intencional, porém, igualmente letal e nefasta, foram às pestes¹⁰ (doenças) transmitidas a estes pelo contato com os europeus.

A ocupação colonial da América, entretanto, apesar da superioridade bélica dos conquistadores europeus, não se deu de maneira pacífica dada a forte resistência por

⁹ Vale salientar que a primazia histórica da “descoberta” do Novo Mundo coube à Espanha, em 1472, a partir da Expedição comandada por Cristóvão Colombo.

¹⁰ Referimo-nos às doenças transmitidas pelos colonizadores europeus às quais os povos nativos não tinham imunidade, tais como: sarampo, rubéola, caxumba, difteria, tétano, hepatite, gripe e outras.

parte dos nativos à dominação europeia evidenciada pela recusa ao trabalho escravo, pelas fugas constantes das aldeias jesuítas, pela resistência armada em defesa de suas terras, por ataques a vilarejos e fazendas dos colonizadores, entre outros.

O levante indígena da Confederação do Equador ocorrido entre o final do século XVII e início da segunda década do século seguinte (1683 a 1713), nos sertões das capitanias do norte da colônia portuguesas na América, se constitui um importante marco na luta e resistência dos povos nativos americanos contra o processo de ocupação estrangeira de seus territórios. Foi o ato maior de resistência dos nativos de diversas etnias unidas na defesa de suas terras, de seus territórios e de suas vidas, contra o massacre, a espoliação, o genocídio, a ocupação e dominação colonial, numa luta marcada por sangrentos conflitos numa batalha desigual entre povos primitivos com armas rudimentares, contra milícias fortemente armadas, especializadas na “abençoada” missão de matar os infiéis, comandadas por violentos, impiedosos e sanguinários sertanistas, militares e bandeirantes, motivadas por recompensas e direitos de propriedades.

A resistência indígena à ocupação de suas terras nas Américas permanece ainda hoje, desde o início da colonização (invasão, para os nativos) europeia. Ao longo dos últimos 500 anos os povos nativos têm resistido à escravização, ao confinamento nos aldeamentos jesuítas, à perda de suas terras milenares e ao massacre (genocídio) das expedições de “limpeza” étnica e, nos dias atuais, à grilagem de suas terras.

Foram quase três séculos (da década de 30 do século XVI até o início da segunda década do século XIX) de ocupação colonial e expansão territorial portuguesa no Brasil, iniciando-se na faixa litorânea – dada a facilidade de acesso à exploração econômica colonial para a exploração do pau-brasil e da cana-de açúcar, ao longo da qual surgiram os primeiros núcleos de povoamentos que originariam as capitais de suas respectivas capitanias, províncias – e, eventualmente, penetrando pelos sertões em busca de metais preciosos, escravos (nativos) e terras para a criação de gado.

Dois acontecimentos históricos influíram diretamente na colonização dos sertões das capitanias nortistas de Portugal no Novo Mundo: o primeiro foi a Restauração da monarquia portuguesa (em 1640), que por 60 anos (desde 1580) estivera sob o comando político castelhano em função unificação das monarquias ibéricas, submetendo

Portugal, e suas respectivas colônias na América, África e Ásia, ao comando político espanhol; o outro fora a, conseqüente, eclosão da Insurreição Pernambucana de 1645, que culminou com a expulsão definitiva dos holandeses, em 1654, contribuindo, dessa maneira, para a retomada da colonização dos sertões da colônia portuguesa na América.

Paralelo a isso, na medida em que se intensifica a atividade canavieira no litoral e aumentava a demanda da carne, do couro e do queijo produtos advindo da atividade pecuária de criação de gado, fato que causava na região litorânea conflitos ente plantadores de cana e criadores de gado tanto pelo uso do solo (já que conforme visto ambas se expandiam como ou devido a problemas relativos à destruição de plantações de cana pelo gado), conflitos só resolvidos com a intervenção da Coroa Portuguesa que de gado a menos de 10 léguas do litoral da costa foi um decreto da Coroa Portuguesa ao decretar na Carta Régia de 1701 a proibia a criação de gado dissociada da plantação de cana-de-açúcar há 10 léguas do litoral, fato que provoca a interiorização da criação de gado e o conseqüente avanço da colonização dos sertões das capitanias do norte da América portuguesa, expandindo-se ao longo do São Francisco e sertões das capitanias do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão, como atividade complementar à canavieira e à mineração.

Assim, a colonização dos sertões das capitanias do norte (atual nordeste brasileiro), conforme visto, foi retomada de maneira progressiva, a partir da segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses, enfrentando, entretanto, forte resistência dos nativos, evidenciada na chamada Guerra dos Bárbaros (1683 – 1713) ou Confederação dos Cariris¹¹, batalha que se estendeu por 30 anos de sangrentos conflitos. Ou seja, a ocupação colonial definitiva dos sertões das capitanias do norte (Pernambuco, “Parayba”, “Rio Grande” e “Siará” e Maranhão) da colônia portuguesa da América, só se efetivou após longas e sangrentas guerras de extermínio realizadas pelos colonizadores contra a população nativa *tapuias*¹² para apropriação e colonização

¹¹ Confederação dos Cariris (1683-1713) é o nome genérico utilizado para se referir ao maior levante de resistência dos povos nativos de diversas etnias de povos indígenas milenares que ocupavam o interior das capitanias nortistas (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio grande e Ceará), atual Nordeste brasileiro, em defesa de seu território ameaçado pelos invasores europeus.

¹² “*Tapuias*” é um termo genericamente utilizado pelos colonizadores portugueses, para se referir aos povos indígenas não-tupis que ocupavam os sertões das capitanias do norte da colônia portuguesa na América. Segundo Medeiros Filho (apud MACEDO, 2004), os *tapuias* eram constituídos por várias tribos de diversas etnias reunidas em duas grandes nações: a Tarairiu e a Cariri.

definitiva de suas terras, expedições bélicas lideradas por sertanistas bandeirantes¹³ contratados para combater e exterminar os “infiéis” (indígenas) e grupos (comunidades) de escravos fugitivos dos canaviais concentrados nos quilombos.

Na capitania do Rio Grande, assim como nas demais, a metrópole portuguesa adotada uma política de ocupação colonial dos sertões através da concessão de sesmarias¹⁴, medida que na prática se traduz na expropriação das terras dos nativos. Estas concessões, seguidas das diversas expedições de colonização (apropriação) e criação de fazendas de gado realizadas pelos portugueses, desencadeiam um processo de conflitos que evoluíram para uma sangrenta guerra entre colonizadores (invasores) e nativos, em função da forte resistência indígena. Estes em defesa de suas terras milenares, aqueles pela posse e apropriação das terras através do extermínio dos nativos.

Nos sertões das capitanias do norte, especificamente da “*Parayba*” e Rio Grande, a consolidação do avanço da “ocupação” colonial se deu pela construção de casas-fortes, localizadas em pontos estratégicos dos sertões, como: Arraial de Piranhas (em 1696), Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres (em 1696), com destaque para a casa-forte do Cuó, que segundo a historiografia regional, teria sido construída pelo Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara na fazenda penedo cujas ruínas encontram-se localizadas nos arredores do perímetro urbano da cidade de Caicó, marco

¹³ Várias expedições e incursões armadas foram realizadas nas capitanias do norte do Brasil colonial, entre a segunda metade do século XVII e primeira década do seguinte. Eram expedições de conquistas (pilhagem) territoriais lideradas por experientes sertanistas e bandeirantes e suas respectivas milícias fortemente armadas, objetivando exterminar os povos nativos a fim de liberar o território para a colonização. Violentas expedições armadas foram lideradas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho (1641-1705) nos sertões das capitanias do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Outras, lideradas pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo e seus familiares, vindas do litoral da Paraíba, adentraram-se pelos sertões paraibanos seguindo o leito seco do rio Paraíba, e seus afluentes, atingindo os sertões pernambucos e paraibanos, pelas ribeiras do Espinharas, Piancó-Piranhas e Rio Peixe, no extremo oeste da Paraíba. Outras, ainda, foram lideradas pelo militar pernambucano Bernardo Vieira de Melo (1658 - 1714), que havia comandado, em 1694, ao lado de Domingos Jorge Velho, o ataque final que destruiu o Quilombo do Palmares, na Serra da Barriga, na então capitania do Pernambuco. Bernardo Vieira de Melo abriu caminhos para a colonização portuguesa do interior da capitania do Rio Grande, vitória que lhes rendeu o título de Capitão-Mor (de 1695 a 1700) da mesma, cujo governo fora marcado por violentos combates contra os nativos nas ribeiras do Apodi e do Piranhas-Açu, que resultaria na conquista definitiva do sertão da capitania, além da criação do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres (atual cidade do Açu).

¹⁴ O sistema de concessão de sesmarias foi a política de colonização adotado no Brasil colonial pela Coroa portuguesa, que consistia na concessão de títulos de enormes lavas de terras (latifúndios) a pessoas abastadas de Portugal ou militares e bandeiras que prestarem relevantes serviços no sentido de combater os povos nativos e favorecer à colonização dos sertões da capitania portuguesa no Novo Mundo.

da ocupação portuguesa no sertão do Rio Grande e do extermínio da população indígena na região.

Se a originária casa-forte do Cuó, sede da fazenda Penedo, simbolizou o massacre dos nativos e a consequente apropriação territorial dos sertões da Ribeira do “*Siridó*”, a edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora Santa Ana, em 1748, como sede da nova Freguesia, ocorrida logo após o desmembramento, possibilitou o surgimento, em torno de si, do núcleo urbano embrionário que originaria o Povoado, depois a vila e a cidade do Caicó.

Do Rio São Francisco seguem milícias expedicionárias pelo sertão pernambucano e outras vindas do litoral paraibano seguem utilizando os caminhos naturais dos vales secos dos rios temporários que cruzam a região adentrando-se pelos sertões. Frentes de colonização são formadas. Homens e mulheres livres, padres, animais e escravos seguem pela ribeira do Paraíba rumo ao poente atingindo o Piancó, lugar onde os colonizares travaram sangrentas batalhas de extermínio da população indígena. Então, em pleno sertão paraibano, abrem-se currais, erguem-se as capelas, criam-se arraiais dos sertões paraibanos; novas frentes colonizadoras seguem adiante rumo ao poente atingindo o Rio do Peixe e o Apodi-Mossoró, outros descem a serra rumo aos sertões do “*Siará*” pelas ribeiras do Icó-Jaguaribe; outras frentes colonizadoras seguem das ribeiras simultaneamente, pelo Piranhas-Açu rumo ao norte, outras adentram pelas ribeiras do afluente Espinharas e “*Siridó*” adentrando-se pelos sertões do Rio Grande.

Assim se deu a ocupação colonial dos sertões nortistas da colônia portuguesa, abrindo caminhos com pólvora e água benta, marchando sobre os corpos dos “infiéis” que cruzarem pelo caminho, abrindo currais e fazendas de gado, apossando-se das terras manchadas de sangue dos valentes guerreiros indígenas que cruzaram a linha de fogo dos sanguinários e mercenários conquistadores, erguendo capelas e fixando povoados.

Surge, assim, dessa maneira, em 1696, às margens do rio Piancó-Piranhas o primeiro núcleo de povoamento da colonização sertaneja das capitânicas da Paraíba, o Arraial de Piranhas, marco da ocupação e colonização que logo se tornaria o povoado de Bonsucesso do Piancó (atual Pombal-PB), núcleo de colonização cuja vastidão

territorial desmembrar-se-ia sucessivas vezes ao longo resultando na atual configuração municipal e rede urbana sertaneja do sertão da Paraíba e de parte do Rio Grande.

Do litoral paraibano a colonização segue avançando pela ribeira do Piancó, onde funda um vilarejo, erguendo currais, fazendas, capelas e povoados ao longo das ribeiras do Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró, Rio do Peixe e Icó-Jaguaribe. Descendo pelos caminhos naturais dos rios intermitentes da região sertaneja as expedições colonizadoras avançam adentrando-se o sertão da capitania do Rio Grande pelas ribeiras do Seridó, Piranhas, Espinharas, distribuindo terras, abrindo currais, criando fazendas, erguendo capelas, fixando povoado a vastidão violentamente despovoada, processo que evoluiriam para o surgimento dos povoados, e vilas cidades.

A primeira iniciativa de ocupação e ordenamento do vasto espaço físico-territorial do sertão das capitanias da Paraíba e Rio Grande surgem, no campo da organização territorial da própria Igreja, através de uma ordem de desmembramentos do enorme território da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual Pombal/PB), originando, em entre outras, na criação da Freguesia de Nossa Senhora Santana, no Seridó, com sede no Povoado do Caicó, que se tornaria vila depois Cidade do Príncipe (atual Caicó).

A diversificação econômica do Brasil colonial, ocorrida a partir da segunda metade do final do século XVI teve como lastro a intensificação do tráfico transatlântico de escravos africanos para a América, seja para o trabalho nos engenhos, para o as fazendas de gado ou mineração, estas no interior da colônia. Este incremento populacional representado pela importação de escravos africanos desencadeia um irreversível processo de crescimento das cidades portuárias receptoras de escravos (Salvador e Recife e Rio de Janeiro) capitais e surgimento de povoados, vilas e cidades no interior das capitanias coloniais.

Assim, nos sertões das capitanias, ao longo ribeiras, foi-se abrindo currais e fazendas de gado, fixando povoações, casas-fortes e capelas, em torno das quais foram se formando os primeiros arraiais, povoados e vilas que por desmembramento originariam as outras mais dando origem á atual rede urbana sertaneja. No sertão da capitania do Rio Grande não foi diferente, na medida em que os colonizadores avançavam massacrando a população nativa, ao longo das ribeiras agora despovoadas as

terras iam sendo distribuindo aos sesmeiros que as colonizavam com a instalação de currais de gado e fazendas, povoando-as e erguendo capelas.

Em artigo publicado na Introdução da coletânea “*Daqui e Dalém Mar*”, o historiador seridoense Helder A. Medeiros de Macedo, ao analisar aspectos contidos em relato (de 1775) do Governador e Capitão Geral de Pernambuco e Capitâneas Anexas, José César de Menezes, MACEDO, informa que

(...) a “Freguesia de Santa Anna do Caicó” compreendia toda a Ribeira do Seridó e parte da jurisdição da Vila do Pombal, da Ribeira do Piancó. Contava com 7 capelas filiais, 70 fazendas, 200 fogos e 3.174 pessoas de desobriga. Aos sete templos, filiais da Matriz do Seridó – correspondentes as capelas do Jardim de Piranhas, do Acari, da Serra Negra, dos Patos, da Santa Luzia e da Pedra Lavada”. (SOUZA, OLIVEIRA, VALENTE e ANDRADE, 2012, p. 18 e 19).

O início da colonização da ribeira do Seridó, na capitania do Rio Grande, somente fora possível, conforme visto, após a derrota e o massacre dos povos nativos nas sangrentas batalhas travadas nas ribeiras dos rios que cortam os sertões das capitâneas nortistas, ocorridas ao longo do século XVII, seguido da ocupação colonial através da abertura e instalação de fazendas de gado nas ribeiras do *Siridó*, Acauã, Espinharas e Piranhas/Açu, cujo marco inicial dessa colonização fora a construção da capela original dedicada a Nossa Senhora Santa Anna, contígua à fortificada casa grande da fazenda Penedo, em 1695.

A população do povoado do Caicó, nas primeiras cinco décadas de colonização, de 1695 até meados do século XVIII, encontra-se dispersa, distribuída pelas fazendas, ao longo das ribeiras do Seridó, ainda não é possível falarmos em Povoado de Caicó como sinônimo de núcleo urbano (ou vilarejo), fato que só irá se efetivar durante e, sobretudo, após a construção da Igreja matriz de Nossa Santa Anna (ocorrida entre 1748 e 1785) apesar dessa denominação ser mencionada em documentos Igreja, não devemos confundi-lo como sinônimo de povoamento aglutinado em forma de vilarejo, antes, o termo é empregado para referisse ao povoamento das fazendas, fixação colonial em toda região rural ao longo das ribeiras da região.

II. III – A ORIGEM DAS IRMANDADES DE NEGROS: IDEOLOGIA OU RESISTÊNCIA SOCIOCULTURAL?

De toda diversidade de aspectos e elementos que compõe o complexo mosaico étnico-cultural africano (afro-brasileiro, particularmente) a religião é certamente um dos mais importantes dadas a enorme variedade e diversidade de elementos socioculturais e étnicos dos africanos. Enquanto que na tradição sociocultural e religiosa europeia os ritos, manifestações e credos religiosos (dogmas e cultos) foram e continuam a ser transmitidos por letrados e “iluminados” sacerdotes através da escrita¹⁵, as manifestações sócio-culturais-religiosas de matriz africana (afro-americana ou afro-brasileiras, particularmente), ao contrário, foram e continuam a ser transmitidas, ensinadas e propagadas dos mais velhos e experientes (não necessariamente letrados) membros da comunidade aos mais jovens por meio da oralidade¹⁶, conferindo-as uma elevada capacidade de adaptação, flexibilidade e resistência sociocultural às adversidades impostas pelos processos históricos.

Apesar do processo civilizatório de dominação, imposto pelos colonizadores europeus aos povos nativos do Novo Mundo, da África, da Ásia e Oceania, de negação de suas identidades, especificidades e diversidades socioculturais, obrigando-os, inclusive, a falar a mesma língua, professar o mesmo credo, hábitos e costumes dos colonizadores, este processo “civilizatório” de dominação não fora capaz de conter a força cultural dos povos subjugados e escravizados (especialmente, africanos), cujo elevado poder de resistência possibilitou não apenas sua permanência como também a necessária renovação cultural, essencial à sua sobrevivência.

¹⁵A escrita, como se sabe, se constitui um marco importante para a história da civilização ocidental, servindo, inclusive, como divisor de águas para a separação entre história e pré-história. Os primeiros escritos, utilizados para representar a língua falada, segundo conta, surgiram no Egito antigo e na Mesopotâmia há cerca de 3.000 anos A.C., possuindo uma importância fundamental para o registro, a transmissão e difusão de conteúdos religiosos, reforçada pela incorporação de recursos técnicos que ampliaram progressivamente a capacidade de registro, difusão e publicação de escritos sagrados (como a bíblia e o alcorão, por exemplo).

¹⁶ A oralidade consiste basicamente na transmissão de conhecimentos e princípios socioculturais de geração a geração, conforme visto, dos mais velhos e experientes membros da comunidade aos mais jovens, mecanismo popular e espontâneo de propagação da cultura dos povos nativos africanos, indígenas e aborígenes, sendo esta uma característica fundamental do processo de resistência africana ante a violenta dominação sociocultural imposto pelas potências coloniais europeias.

É neste contexto de conflitos, de opressão e de extrema exploração do trabalho humano, de negação da própria condição humana, de quebra do monopólio religioso do catolicismo pelo protestantismo, em expansão na Europa, e de consequente reação e expansão da fé católica pelo Novo Mundo e África pela criação da Companhia de Jesus; é neste ambiente de conflitos, imposição e resistências sociocultural e religiosa dos povos cativos africanos onde se opera os “acordos”, “entendimentos” (nada pacíficos!), imposições e diálogos (nada amistosos!) entre a ordem dos opressores (a classe dominante escravocrata, latifundiária e a aristocracia) e a resistência dos oprimidos (povos nativos, escravizados africanos e trabalhadores livres).

Porém, segundo WOOD (2005, p. 193), do ponto de vista dos povos subjugados (especialmente, africanos), as irmandades “*representam uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para negros trazidos da África como escravos como também para os negros mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos*”, uma possibilidade concreta de conquista, individual e coletiva, por parte dos povos negros e seus descendentes, cativos ou libertos, de exercício de suas necessidades espirituais, fraternais e de conquista (e/ou resgate) de identidade sociocultural, e, finalmente, uma reação ao processo de opressão, silenciamento, negligência sócio-cultural, político e religioso por parte dos cativos, conforme afirma o citado autor:

Todos os resquícios de tradições africanas de dança, música, religião ou costumes sociais no Brasil colonial foram perseguidos, assim como qualquer ato que desse a um negro ou mulato autoridade ou predominância sobre outros negros e mulatos. Todo sentimento de emancipação interior era silenciado entre eles. A emancipação social e econômica, mesmo dentro dos estreitos limites permitidos aos libertos permaneceu inatingível para a grande maioria dos negros e mulatos durante a época colonial. (...) Negros e mulatos, fossem escravos ou libertos, eram negligenciados pela igreja, sofriam privações físicas e doenças e eram alijados de qualquer ideia de coletividade. Uma reação a todas essas necessidades foi a criação das irmandades. (Idem, 2005, p. 198).

Na medida em que a economia do Brasil colonial se diversificava, multiplicava-se o número dos povoados, vilas e cidades, aumentava também, na mesma proporção, o

tráfico de escravos e, conseqüentemente, a participação do negro na composição da população do Brasil colonial, tornando-se, já em meados do século XVII, majoritária. Em 1660, segundo CHIAVENATO (2012, p.229), a população de escravos representava 59,8% da população brasileira, contra 40,2 livres. Quase 120 anos depois, em 1798, a população negra permanecia bastante elevada, representando no mínimo 60,4%, dos quais 47,9% de escravos e 12,5% parda.

Portanto, é neste contexto de crescimento urbano e de aumento da participação da população de negros e mulatos na composição étnica da população do Brasil colonial que se populariza, no final do século XVII e, sobretudo, ao longo do século XVIII, as irmandades de pretos, especialmente as de veneração a Nossa Senhora do Rosário, constituindo-se um fenômeno presentes no cotidiano das pessoas de cor das vilas e cidades brasileiras dos séculos XVIII e XIX, sendo

(...) rara a vila do Brasil no século XVIII que não contasse uma irmandade de nossa senhora do Rosário e uma multiplicidade de irmandades menores dedicadas a Santo Antônio de Catageró, São bento, Santa Ifigênia e outros os quais os negros e mulatos eram especialmente devotos”. (Idem, 2005, p. 200).

Vale salientar que as confrarias e irmandades católicas não são um fenômeno do período colonial brasileiro. As irmandades religiosas surgem e no final da Idade Média, na Europa, associado ao fortalecimento e crescimento das cidades. Surgem como entidades religiosas de caráter associativo, filantrópico, solidário, de auxílio e apoio fraternal aos pobres e leigos trabalhadores que fugiam da miséria no campo e refugiavam-se nas cidades passando a conviver com o abandono, o desemprego, a pobreza e a miséria. Já “no século XV, existiam nas cidades Espanholas e de Portugal irmandades católicas que contavam, entre seus membros, com negros trazidos da África como escravos, além de brancos de origem ibérica” (RUSSELL WOOD, 2005, p. 191).

É certo que grande parte dos escravos africanos que chegaram ao Brasil já estava familiarizada com a religião católica, já que a expansão portuguesa na África, especialmente na África Central, região do Congo-Angola, de origem banta, origem da

maioria dos escravos exportados para o Brasil, tendo em vista a conversão ao catolicismo dos reinados desses estados ao cristianismo-catolicismo. No reinado do Congo, a expansão da fé católica se deu após a ascensão do Rei Afonso I, tornando a Igreja Católica religião oficial, causando uma grande expansão do catolicismo na África colonial portuguesa, conforme pode ser evidenciado em artigo do historiador belga e antropólogo Jan Vansina, nestes termos:

A vitória de Afonso I marcou o início do mais longo reinado do Congo, ou seja, de 1506 a 1543. O papel desse rei foi fundamental abriu o país a Portugal, acarretando assim uma considerável reorganização política e econômica, bem como uma assimilação voluntária de elementos do cristianismo que acabou por se implantar ali de forma definitiva. Cristão desde 1491 e protetor dos raros missionários antes de 1506, esse chefe de facção, uma vez rei, transformou rapidamente a Igreja católica em religião de Estado. Seu filho Henrique, como bispo consagrado em Roma, esteve a frente da Igreja do Congo de 1518 a 1536. Em seguida, o controle do bispado caiu nas mãos dos portugueses. O tráfico negreiro intensificou-se a partir de 1514. (UNESCO, 2010, p. 657).

Mais adiante, ao tratar sobre a as transformações sociais e culturais ocorridas nos séculos XVI e XVII, operada pelos colonizadores portugueses em suas colônias na África central ocidental, sobretudo no reinado do Congo, com a cumplicidade de reis locais, o citado autor afirma:

A história das religiões e das ideologias foi marcada, em superfície, pelo surgimento do catolicismo no Reino do Congo, onde se difundiu de início junto à nobreza urbana e nas capitais de província. A estrutura eclesiástica permaneceu sobretudo portuguesa até 1645, data em que os missionários capuchinhos italianos empreenderam uma cristianização intensa que prosseguiu no Congo até os anos 1700. Uma grande parte da população foi batizada e a religião expandiu-se até as mais longínquas aldeias. (Idem, p. 666 - 677).

Acerca do fenômeno do crescimento do número de irmandades no período colonial, RUSSELL WOOD (2005, p. 200), informa que no início do XVIII em Salvador havia 34 oficiais, das quais 06 de negros dedicadas a Nossa Senhora do

Rosário e mais 05 de mulatos, dedicadas a outros santos; nas Minas Gerais, em 1789, havia 11 negras e 10 mulatas.

Se por um lado as irmandades serviram aos interesses das classes dominantes escravocratas ao exercer o controle ideológico dos escravizados contribuindo para dividir as diversas etnias de negros e categorias de negros (bantos e sudaneses, negros e mulatos), santos de devoção e igrejas, apresentando o céu como esperança distanciando-o da luta terrena pela libertação de sua condição negra de escravo e exploração, atenuando assim as fugas, revoltas, rebeliões por parte da maioria negra, criando entre eles um clima de conformismo ante a escravidão, por outro lado, além de as irmandades constituírem-se um ambiente de acolhimento espiritual, orientação aos mais, dignidade, respeito aos mais velhos e inserção do negro no mercado de trabalho, entre outros, o fenômeno do crescimento do número de irmandades negras no Brasil colonial do século XVIII e sua conseqüente aceitação e popularidade junto à escravaria negra, acabou por chamar a atenção da coroa portuguesa, temendo o perigo do “*surgimento de um espírito de independência dentro dessas irmandades*” (BORGES, 2008, p. 3), sobretudo numa colônia onde cerca de 60% da população era composta por escravos.

Dáí a decisão da exigência dos “*termos de compromissos*” por parte dessas associações, para o funcionamento das irmandades, conforme preocupação expressa na carta real (datada de 22 de julho de 1775) destinada a todas as irmandades em funcionamento no Brasil, nestes termos.

Todas as Irmandades e Confrarias do Estado do Brasil eram de Sua Régia Jurisdição como Grão-Mestre e perpétuo Administrador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. (ESCARANO apud BORGES, 2008, p. 3).

É neste contexto que surge no povoado do Caicó a *Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia do Seridó*, oficialmente constituída em 16 de junho de 1771, uma confraria religiosa, criada a pedido dos próprios negros cativos e forros,

regida pelo estatuto¹⁷ da irmandade (Livro de Compromissos) aprovação pelo rei de Portugal, de D. José I, em 27 de dezembro de 1773, cuja abrangência originalmente se abrangia o território que atualmente corresponde sertão do Seridó d Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Originalmente a *Irmandade do Rosário dos Homens do Seridó* organizava-se territorialmente em quatro quarteirões (Samanaú, Rio do Peixe, Sabugi e Riacho de Fora), revezando-se rotativamente¹⁸ na indicação dos reis e rainhas do ano a serem coroados anualmente, dentre os membros da irmandade, como permanece ainda hoje.

Nos estatutos da Irmandade, ou no Livro de Compromissos, deveria ficar expressos quem poderia ser aceito como integrante, os valores estabelecidos como pagamento da anuidade, especificada já no primeiro capítulo do regimento, sendo que estes valores sofriam alterações em decorrência da composição da Mesa administrativa - dos valores das missas e de outras assistências, tais como o sepultamento. (BORGES, 2008, p.4)

O grupo de danças dos “Negros do Rosário” ocupa um papel de destaque dentro da irmandade já que suas atribuições estatutárias lhes assegura o direito de dirigir a sua Mesa Administrativa. Do ponto de vista cultural, os Negros do Rosário apresentam anualmente, desde sua criação sua bela coreografia ritualística de enorme conteúdo simbólico impregnada de elementos socioculturais de origem africana ao reconstitui os reinados do Congo, região donde a maioria dos escravos sertanejo-seridoenses originase.

¹⁷ O Termo de Aceitação que Fazem os Irmãos das Constituições deste Compromisso, de 1771, é o documento que oficializa a criação da *Irmandade dos Negros do Rosário do Seridó*, documento de elevado valor histórico que ratifica a primeira diretoria administrativa e reinado, sancionado pela Mesa da Ordem de Cristo em dia 9 de fevereiro de 1772, porém publicado oficialmente em 27 de dezembro do ano seguinte, ocasião em que fora instalada oficialmente a primeira mesa diretora na Igreja Matriz de Nossa Senhora Santa Ana.

¹⁸ O grupo de danças e encenações ritualísticas da Irmandade conhecido simplesmente de Negros do Rosário, se organiza da seguinte maneira: Rei e Rainha perpétuos com sua corte formada por: tesoureiro, juízes e escrivão, além dos dançarinos (lançadores-guerreiros) e tocadores de tambores e de pífano; há, ainda, as figuras dos reis e rainhas do ano, que são escolhidas de maneira rotativa dentro dos quarteirões (comunidades): 1º Reinado do *Samanaú* (donde emana também, de maneira efetiva e hereditária e a linhagem da corte do reinado perpétuo), 2º reinado do *Rio do Peixe*, 3º reinado do *Sabugi* e 4º reinado do *Riacho de Fora*. Estes são coroados anualmente de maneira sucessória, através de uma bela encenação ritualística apresentada pelo grupo dos Negros do Rosário, realizado no último domingo de festa.

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos a Ribeira do Seridó, sediada em Caicó, é a entidade-matriz que originaria as demais irmandades congêneres em atividade nos municípios seridoenses de Jardim do Seridó/Parelhas e Serra Negra do Norte, além de outros núcleos que se encontram inativos (Jardim de Piranhas, Acari e Currais Novos).

II. IV – A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA RIBEIRA DO SERIDÓ: RELIGIOSIDADE & RESISTÊNCIA SOCIOCULTURAL

A encenação da irmandade que agora percorre as ruas, casa e missas do vilarejo arrecadando os donativos para a construção de sua igreja se constitui uma peça viva e de enorme conteúdo espiritual de um povo fisicamente cativo, mas de alma livre. (MACÊDO e CAVIGNAC, 2014).

Apesar das limitações impostas aos escravos no Novo Mundo, especificamente no Brasil colonial e imperial, o sonho de liberdade e de poder expressar livremente sua cultura, sua fé e sua religiosidade jamais morreria. Os povos africanos resistiram à escravidão desde sua captura, em terras africanas, por meio de motins, revoltas, rebeliões e fugas realizadas antes do embarque; resistiram durante a longa travessia do Atlântico nos porões das caravelas negreiras e continuaram a resistir depois do desembarque no Novo Mundo quando foram submetidos ao trabalho foçado em regime de escravidão nos canaviais, fazendas, minas e vilas da América.

Para o sistema político-econômico escravocrata, as frequentes fugas de negros do cativo, ocorridas desde a chegada das primeiras lavas de africanos se estendendo ao longo de todo período colonial e imperial brasileiro, representavam uma constante ameaça ao sistema escravista vigente, um prejuízo ou perda de patrimônio e investimento, além de uma afronta ao direito de propriedade dos senhores e fazendeiros, e que, por isso, deveriam ser massacrados, banidos e exterminados. Porém, para os escravizados as constantes fugas e o conseqüente refúgio nos quilombos¹⁹ se

¹⁹ Os quilombos eram lugares, geralmente rurais, de refúgio, onde os negros fugitivos da escravidão conviviam livremente em comunidade. Seus habitantes moravam no interior dessas comunidades como homens e mulheres livres, vivendo da caça, da pesca, da criação de animais, do artesanato e da agricultura de subsistência e tinham liberdade de exercer, expressar e desenvolver sua cultura e religião. Entre os milhares de quilombos que se formaram ao longo de 300 anos de escravidão, estabelecidos nos sertões, florestas e regiões serranas, de difícil acesso, no Brasil colonial e imperial, e demais colônias europeias no Novo Mundo, merece destaque, pelo tamanho, organização e poder de resistência, o Quilombo dos Palmares criado por volta de 1580 em região de floresta, na serra da Barriga, então capitania do Pernambuco (atual Zona da Mata do estado de Alagoas), comandado pelos reis negros Ganga Zumba e, depois de sua morte, Zumbi dos Palmares, tendo sido destruído, em 1694, após várias tentativas frustradas e incursões militares, financiadas pelos senhores de engenhos e governo colonial, cujo grande líder,

apresentavam como uma alternativa e única possibilidade de usufruto imediato da liberdade.

Além de constituírem-se lugares de convivência familiar em liberdade, de vida comum em sociedade, de solidariedade e compartilhamento dos frutos do trabalho, os quilombos, constituíam-se lugares de resistência, de autodefesa e de refúgio dos povos cativos africanos contra os maus-tratos e humilhações impostas por seus senhores e pelo sistema colonial nos canaviais, fazendas, minas e vilas do Novo Mundo. Enfim, os quilombos representavam a luta contra a opressão escravocrata dos povos africanos por parte dos colonizadores europeus. Acerca dessas comunidades de resistência negra ALBURQUERQUE e FILHO (2006, p. 118), comentam:

Quilombos, *palenques*, *moroons* são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses grupos eram também chamados mocambos. Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até as vésperas da abolição.

A reação dos senhores de engenhos, fazendeiros e governos escravocratas às constantes fugas de escravos era violenta. Além das perseguições implacáveis nas caçadas²⁰ de captura, os senhores, juntamente com o governo escravocrata, organizavam expedições armadas, contratando de milícias em armas, lideradas geralmente por impiedosos sertanistas mercenários, a fim de promover massacres e a destruição total

Zumbi, seria morto no ano seguinte, em 20 de novembro de 1695; destacamos, ainda, entre centenas de quilombos existentes nas Minas Gerais, o Quilombo do Ambrósio, surgido em 1726, cujo primeiro núcleo localizava-se em região serrana, às margens do rio Grande, onde hoje é o município de Cristais, no Oeste de Minas. Após ataques promovidos por miícias bandeirantes o mesmo foi destruído em 1746, batalha na qua teria morrido lutando o rei Ambrósio; o segundo, formado pelos sobreviventes do primeiro, localizava-se nas nascentes do Paranaíba, no local onde atual é município de Ibiá/MG (no Alto do Paranaíba), este atacado e destruído em 1759.

²⁰ As caçadas de captura de escravos fugitivos eram patrocinadas pelos senhores de engenho e fazendeiros, inclusive oferecendo dinheiro a quem os captura-se, originando aí a figura do dos capitães-do-mato (mercenários caçadores de escravos fugitivos em troca de recompensas). Quando capturados, os escravos fugitivos eram por estes amarrados e devolvidos a seus respectivos donos que os castigavam (torturavam) impiedosamente diante dos demais a fim de mantê-los aterrorizados e psicologicamente destruídos e desmotivados a eventuais fugas. Em relação aos quilombos, a reação dos senhores proprietários escravocratas era ainda mais violenta. Os escravocratas promoviam expedições para destruir, massacrar e baniros quilombos maiores e mais organizados.

dos quilombos, política genocida cujos resultados foram devastadores para as comunidades quilombolas brasileiras.

Outra forma (dentre tantas!) de resistência negra à escravidão e dominação sociocultural europeia nas sociedades escravistas no Novo Mundo (especificamente na América portuguesa) foi a resistência religiosa. O processo de resistência sociocultural religioso à dominante que se desenvolveu (e ainda se desenvolve) no seio das comunidades afro-americanas (afro-brasileira, especificamente) desde o início da intensificação do tráfico transatlântico de escravos, na segunda metade do século XVI, aos dias atuais, evidencia-se através basicamente de dois movimentos distintos, simultâneos e complementares:

I – Por meio da resistência sociocultural religiosa operada no sentido do desenvolvimento independente de uma religião de matriz africana: o calundu colonial e, eventualmente, o candomblé e a umbanda, dentre outros;

II – Pelas resistências socioculturais operadas no seio da própria religião dominante, imposta pelos colonizadores, a religião católica e suas irmandades negras, objeto de estudo do presente trabalho de pesquisa.

A primeira, que diz respeito ao desenvolvimento por parte dos próprios negros (cativos ou aforros) de uma religião independente, de origem popular e africana, ocorrido por meio do resgate dos cultos (signos, ritmos e ritos) religiosos africanos, processo originado na vinda das primeiras levas de escravos trazidos pelos colonizadores europeus ao Novo Mundo, no início da escravidão (em meados do século XVI) e que ainda se desenvolve nos dias atuais.

No Brasil colonial as primeiras manifestações socioculturais de cultos religiosos africanos surgiram e se desenvolveram de maneira espontânea entre os escravos, nos terreiros²¹ das senzalas e habitações dos cativos, rituais coletivos animados pala danças, batuques e cantos dos escravizados, praticados nas noites de lua cheia ou iluminados pela fogueira, manifestações africanas realizadas no Novo Mundo que aos poucos fora

²¹ Utilizamos o vocábulo “terreiro” em seu sentido original, como sinônimo de terraço ou terreno em terra-batida localizado nos arredores das senzalas ou casas de taipa dos cativos. Seu uso como sinônimo de local (templo) onde se realiza as manifestações e cultos cerimoniais religiosos afro-brasileiros só seria historicamente incorporado a partir do final do século XIX, com a criação do candomblé.

absorvendo elementos de cultos nativos e católicos. Esta forma de resistência sociocultural e religiosa, manifestada através dos “*calundus*”²² coloniais, praticadas na América, eram manifestações concretas da cultura africana, porém sutilmente sincretizadas com ritos católicos e cultos nativos. Acerca dos *calundus*, SILVERA (2007) comenta:

Os adeptos dos *calundus* organizavam suas festas públicas na residência de uma pessoa importante da comunidade, ou então em casas também destinadas a outras ocupações. Não tinham templos propriamente ditos, mas também não se tratava de simples cultos domésticos, uma vez que tinham um calendário de festas, iniciavam vários fiéis em diferentes funções e eram frequentados por um número razoavelmente grande de pessoas, inclusive brancos, vindos de diversos arraiais.

O prestígio social adquirido pelos “*calunduzeiros*” (como eram conhecidos no período colonial os praticantes do *calundu*), associado ao crescimento das cidades, operou uma evolução importante no campo da religiosidade afro-brasileira, especificamente na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, cidade portuária, cuja evolução originária, no início do século XIX, o *candomblé*.

Acerca da transição do *calundu banto* para a constituição da religião afro-brasileira, SILVERA (2007), afirma que “foi em Salvador, no bairro de barroquinha que essa transição foi tentada com relativo sucesso”, cuja data de criação remete ao final do século XVIII, no ano de 1789, um ano após a oficialização da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, irmandade fundada por negros (escravos e aforros) e descendentes de africanos.

Mas, as condições concretas de funcionamento e desenvolvimento do terreiro, informa o citado autor, se dariam após a conquista da sede própria da irmandade que

²² Os *calundus* são manifestações religiosas de cultos africanos de diversas origens étnicas (como a banta e a jeje) trazidas e praticadas entre os escravos no período colonial e imperial brasileiro, desenvolvendo-se de maneira popular e praticado por religiosos/as (chamados/as *calunduzeiros/as*) que oferecendo proteção divina, curas de doenças, livramento contra males (inimigos, doenças, mal olhado, inveja, quebrantes) e prognósticos bastante úteis e solicitados pelos escravos, inclusive requisitados e valorizados por brancos e familiares dos senhores, fato comprovado no prestígio e ascensão social evidenciado por alguns de seus praticantes.

funcionara nos fundos da capela de Nossa Senhora da Barroquinha, a partir de 1807. É “neste momento que se concretizou a possibilidade de passar do culto doméstico a terreiro”.

Do ponto de vista ritual, o caráter fundamentalmente inovador do candomblé da Barroquinha foi que, pela primeira vez na história da religião africana, o culto de todos os orixás foi reunido no mesmo templo, o que pressupõe uma ordem unificada das hierarquias dos diversos cultos, sob o comando da iyalorixá, a sacerdotisa suprema. (...) O candomblé deixou portanto de ser apenas uma casa de culto para tornar-se uma organização político-social-religiosa complexa. (SILVERA (2007).

Assim surge, no coração do Brasil, no início do século XIX, ainda no período colonial, o primeiro terreiro de candomblé²³ do país, religião afro-brasileira criada por negros escravos e aforros deste caldeirão sociocultural e religioso que se constituía a cidade de São Salvador da Bahia de todos dos Santos; nasce no seio tolerante do catolicismo brasileiro, dentro da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, em sua sede que funcionava nos fundos da capela de Nossa Senhora da Barroquinha.

A partir de então, o candomblé se popularizou e se espalhou pelo Brasil, evidenciando popularidade e crescimento nas periferias de cidades brasileiras (com Salvador, Recife, Maceió, Rio de Janeiro, entre outras) em função do acentuado êxodo rural evidenciado entre a população negra no pós-libertação, cujas manifestações evidenciam grande diversidade de sincretismos²⁴ e hibridismos com manifestações culturais locais.

²³ Conhecido popularmente como a Casa branca, o terreiro de candomblé Ilê Iya Nassô Oká, que funciona no Engenho Velho, no bairro da federação, na cidade de Salvador, Bahia, surgiu e desenvolveu, no início e ao longo do século XIX, nos fundos de uma capela, sendo hoje um dos mais respeitados do Brasil.

²⁴ O sincretismo refere-se ao processo de hibridismo cultural evidenciado pelo diálogo sociocultural, acordos, imposições e resistências religiosas desenvolvido pelos africanos ante a influência religiosa dos povos imperialistas europeus ou do Oriente Médio, contatos que no caso do catolicismo imposto pelos portugueses e espanhóis, levou os negros a desenvolver certas preferências, semelhanças ou desenvolver estratégias de resistência sociocultural ao associar sincretismos entre determinados santos católicos com determinadas entidades divinas (deuses) do universo religioso africano, tais como: Santo Antônio (por sua semelhança com o orixá Ogum), São Jorge e São Sebastião, São Miguel (associado ao orixá Oxóssi), São Lázaro (associado a Obaluaiê), São Benedito, São Roque e São Jorge (Ossaim), São Gerônimo

A fecundidade da cultura africana ampliaria ainda mais com o surgimento, no final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, de uma nova ramificação da religiosidade afro-brasileira, a *umbanda*, que mistura elementos africanos, nativos (indígenas), católicos e cadecistas.

Em segundo lugar, quanto ao movimento de resistência religiosa dos povos negros africanos escravizados e seus descendentes, operado no seio da religião dominante, destacamos a questão do fenômeno da popularidade, aceitação e expansão, entre os africanos (cativos ou aforros) e seus descendentes, das irmandades negras. Entretanto, de antemão, algumas considerações preliminares devem ser consideradas.

Inicialmente, não podemos deixar de mencionar o uso ideológico das irmandades católicas como mecanismo de dominação cultural dos cativos, que durante a maior parte do período colonial (sobretudo a partir de meados do século XIII) e todo período imperial constituía-se como a maioria da população brasileira. À Igreja, detentora do monopólio sociocultural religioso do Brasil colonial, dada a sua ligação com o Estado português e, portanto, com a aristocracia político-econômica dominante, caberia o papel de manter os escravos, e seus descendentes, conformados diante das condições de opressão, submissão, inferioridade e escravidão, as quais estavam submetidas. A esse despeito do uso ideológico e das irmandades negras a serviço dos interesses dominantes, CHIAVENATO (2012, p. 93) afirma:

A Igreja também prejudicou a união dos negros. No início apoiou o costume português de dividir nações e famílias, para que evitar em uma só propriedade convivessem escravos da mesma língua, que pudessem se comunicar e organizar a resistência. Depois, quando eles já estavam estabelecidos no país, criou irmandades que separavam as nações africanas, impedindo o convívio entre nagôs e bantus, por exemplo, (...) E ainda separou nas irmandades os mulatos dos negros, incentivando a divisão pela linha de cor, além de diferenciar crioulos (nascidos no Brasil) de boçais (africanos)... Assim, cada “categoria” dos negros teve “sua” irmandade; não se frequentavam nos seus templos e nem precisava ir à igreja dos brancos.

(Xangô), Nossa Senhora da Conceição (Oxum), Santa Bárbara (associada a Iansã), Oxalá (Jesus Cristo), entre outros.

Tais elementos, associados ao reclame constante dos negros (escravos, libertos ou aforros) de participar dos ritos, missas, sacramentos e eventos socioculturais da Igreja, além do interesse da própria igreja de expansão da fé católica, são fatores que contribuem para a compreensão do fenômeno da expansão e popularidade das irmandades entre os cativos que representavam a maioria da população ao longo de todo o período colonial e imperial.

Vale salientar que, conforme visto, grande parte dos cativos africanos, traficados para a colônia portuguesa na América, já estavam familiarizados com a religião católica e, inclusive, com a devoção à Nossa Senhora do Rosário, pelo trabalho de catequização realizado pelos jesuítas junto aos povos leigos na própria África, na região do Congo e Angola, daí a popularidade da veneração a Senhora do Rosário e demais divindades católicas, inclusive da proliferação de irmandades de negros na maioria das vilas e cidades coloniais portuguesas onde a elevada população negra justificava seu desenvolvimento.

Enquanto isso, no Brasil colonial aos negros geralmente não era permitido participar das missas ao lado dos brancos, restando-lhes apenas a opção de participar do lado de fora das igrejas, situação de humilhação àqueles e de incômodo a estes. Daí ser comum na maioria das vilas e cidades brasileiras, no período colonial, o reclame junto às autoridades eclesiásticas, tanto por parte dos negros (discriminados e hostilizados pelos “irmãos” brancos) como dos brancos (incomodados com a presença dos negros nas igrejas), pleiteando a separação da Igreja, tanto em relação ao santo de devoção, que destinava geralmente os altares laterais das igrejas aos santos de devoção dos negros, como do próprio templo religioso em si – evidenciado na edificação de igrejas maiores, mais ricas e pomposas, frequentadas pelos brancos e capelinhas e igrejas menores, para negros, estas construídas com pelo esforço voluntário dos próprios negros nos dias de folga e descanso dos cativos.

Por isso no Brasil, durante o período colonial e imperial, independentemente do seu tamanho do povoado, vila ou cidade, era comum haver duas ou mais igrejas e/ou capelas, cujos santos de devoção refletia a estratificação da sociedade escravocrata, com igrejas segregadas pela classe social, origem étnica, cor da pele e pelos santos e padroeiros de devoção.

A criação de irmandades negras envolveria o esforço voluntário e coletivo dos negros no propósito de construção de sua sede (capela e/ou igreja) própria para o exercício de sua fé, para que pudessem receber um melhor amparo religioso e participação dos sacramentos (missas, orações, batismos, casamentos, confissões, funerais e festividades, entre outros) e serviços espirituais ofertados pela Igreja sem o constrangimento de serem impedidos ou hostilizados pelos brancos.

Para os “irmãos” brancos, por sua vez, a separação das igrejas (ou capelas) condizia com a separação da sociedade brasileira escravocrata por eles dirigida: negros (escravos ou aforros) excluídos marginalizados, de um lado, e brancos (senhores, escravocratas), ricos, poderosos e privilegiados, do outro. Ou seja, a divisão socioeconômica do Brasil colônia fielmente refletia na organização segregada dos rebanhos dentro da própria igreja católica sob o pastoreio complacente de vossas majestades, as autoridades eclesiásticas.

Prevalecia sempre, do lado dos negros, o sincretismo religioso, ao associar a história de determinados santos católicos a divindades (orixás) africanas. A escolha do santo de devoção dos negros e, conseqüentemente, de suas irmandades, prática comum entre os negros na própria África portuguesa. Daí, de fato, o motivo maior da preferência, por parte dos africanos, a determinados santos católicos, tais como: Santo Antônio, São Jorge, São Sebastião, São Benedito, Santo Onofre, Santa Efigênia, Santa Bárbara, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição e, entre outros, Nossa Senhora do Rosário, sendo esta a mais venerada pela comunidade negra brasileira.

A elevada participação negra na composição da população²⁵ do Brasil colonial e imperial; o reclame do direito ao exercício de sua fé por parte dos negros (cativos e forros); o uso ideológico da religião por parte das autoridades eclesiástica (representantes legítimos da oligarquia escravista luso-brasileira) como mecanismo de dominação no sentido de conter possíveis insatisfações e sentimentos de rebeldia, apaziguando os ânimos, abrandando os espíritos exaltados e possíveis sentimentos de rebeldia por parte dos excluídos escravizados; da já mencionada segregação religiosa

²⁵ No final do século XVIII, em 1798, conforme dados obtido do livro *O Negro no Brasil* (CHIAVENATO, 2012, P. 229), a participação dos negros na composição da população colonial representava 60,4%, sendo 47,9% escrava e 12,5% mestiça (parda).

dos cativos afro-americanos são fatores que, juntos, corroboram para a compreensão da grande difusão, disseminação, popularidade e crescimento do número de capelas e igrejas dedicadas a santos de preferência dos negros, especialmente Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na maioria dos povoados, vilas e cidades do Brasil colonial e imperial.

No Seridó a situação não era diferente. Enquanto os fazendeiros, suas familiares amigos, e demais outros colonos livres da freguesia assistiam as missas rezadas pelo vigário que volta e meia o aparecia na ribeira, os negros a assistiam do lado de fora da originária capela de Nossa Senhora Santa, marco originário da colonização da Ribeira do Seridó, em 1695, capela esta que, segundo a historiografia regional, funcionava na antiga casa-forte do Cuó da fazenda Penedo.

Até bem pouco tempo atrás, no sertão, circulava um ditado preconceituoso, forjado certamente no período colonial, utilizados por pessoas racistas, que quando queria atingir a reputação de alguém, acusando-o de inconveniente (atrevido), logo vinha a expressão: “*fulano é metido como negro de igreja.*” Ou seja, para os racistas a igreja não é lugar de negros, se o fizer é porque é *metido*.

Acerca dessa divisão social original dos fiéis católicos do Caicó, seu Possidônio Silva, bisneto de escravos, membro da Irmandade dos negros do Rosário de Caicó e mestre do grupo da dança do espontão dos Negros do Rosário, em depoimento oral concedido para a presente pesquisa, conta que:

“Quando construíram a catedral de Sant’Ana (porque a catedral se Sant’Ana foi construída pelos ricos da região do Seridó), na primeira missa que foram realizar na igreja os negros foram proibidos de assistir. Negro era negro. Na época tratavam o negro como bichos. Não vamos dizer assim que foram proibidos de assistir, porque os negros não eram humanos, negro era tratado como bicho e de posse deles.” (Possidônio Silva, em depoimento oral concedido em 21/05/2016).

“Lembrando que a construção da igreja matriz de Nossa Senhora Santa Anna, sede da recém-criada Freguesia de “Santa Anna do Seridó”, sediada no povoado do

Caicó, teve início no dia 26 de julho de 1748, portanto, três meses após o desmembramento²⁶ desta da originária *Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó* (sediada na povoação do mesmo nome, atual Pombal-PB), somente fora concluída 47 anos depois, em 1785, ocorreu a partir de então o início das celebrações religiosas no novo templo. Assim, os constantes conflitos relativos à participação dos negros nas missas ocorridos entre irmãos branco-livres e negro-escravizados poderiam ser ocultados, já que a antiga capela original de Santa Ana ficaria destinada provisoriamente ao culto da Senhora do Rosário, Padroeira dos Pretos, congregando os negros (cativos ou libertos).

Acerca dessa divisão original dos fiéis católicos seridoenses o professor Helder A. Medeiros de Macedo observa:

Com a instalação da freguesia, a outra capela da senhora Santa Ana, contigua à antiga Casa forte do Cuó, ficou reduzida eclesiasticamente à condição de capela de nossa Senhora do Rosário”. (SOUZA, ILIVEIRA, VALENTE e ANDRADE, 2012, P. 16).

Restava aos negros a missão da construção da sede própria de sua padroeira, a Igreja do Rosário, tarefa que ficou a cargo da irmandade dos negros de Nossa Senhora Rosário, que segundo BORGES (2008, p.4) “a data mais aceita da elaboração dos Compromissos da Irmandade dos Negros do Rosário é de 16 de junho de 1771”, com o nome “*Irmandade de nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia do Seridó*”, tendo dado entrada na Mesa da Ordem de Cristo, aceito e sancionado pela autoridade real em 09 de fevereiro de 1772 e publicado oficialmente em 27 de dezembro

²⁶ O professor Helder A. de Medeiros Macedo, em artigo publicado no livro *Daqui e Dalém Mar* (SOUZA, ILIVEIRA, VALENTE e ANDRADE, 2012, P. 15), analisando registros no Livro de Tombo da Freguesia do Seridó (1748-1906), informa que a criação da Freguesia de “Santa Anna do Seridó”, sediada no povoado do Caicó, teria sido autorizada pelo Bispo de Pernambuco, da Diocese de Olinda, dom Frei Luís de Santa Teresa, que ordenara ao padre Manuel Machado Freire, “Visitador geral dos sertões da parte norte”, que em visa ao os sertões dos curatos do Icó e Piancó, procedesse com o desmembramento da “*Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó*”, fato ocorrido em 15 de abril de 1748. Quanto ao local escolhido para a edificação da igreja matriz da recém-criada Freguesia teria sido feito pelo padre Francisco Alves Maia, primeiro pároco da nova freguesia, em dia 26 de julho de 1748.

de 1773, data da instalação oficialização da primeira Mesa Administrativa da irmandade, solenidade realizada na capela de Santana.

É provável, porém, a irmandade do Rosário de negros do Caicó tenha surgido antes do 1771, data oficial da elaboração dos Compromissos da Irmandade dos Negros do Rosário. O reclame da criação e criação da irmandade junto ao primeiro Sacerdote da recém-criada Freguesia de Santa Anna, porém, em função dos conflitos sobre a participação dos negros nas missas, provavelmente teria ocorrido nos idos dos anos 50 do século XVIII, logo após a criação da Freguesia de Nossa Senhora Santa Anna do Caicó, em 1848, motivação comum para a criação da maioria das irmandades de negros surgidas no período colonial e que por estas épocas estavam sendo criadas noutras vilas, povoados, cidades e capitais do Brasil colonial.

Quanto à construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Caicó, o assunto ainda carece pesquisa e aprofundamento acerca da data de início e término da construção da capela original e atual templo religioso. Sabe-se, de fato, que em estudos realizados pela citada autora em livros de batismo da Paróquia de Santana (no período de 1866 a 1879), a mesma informa que

Não há registros específicos que comprovem a data de construção de sua igreja, e nem os documentos disponíveis da própria Irmandade fazem qualquer citação a ela. A primeira referência a ela dada, não como igreja, mas como capela, consta do registro de óbito de Ludovina Correia, sepultada no dito local, em 1788... Além deste, segue outros três registros de batismo de 1866 e dois de 1879, referindo-se a ela, ainda como capela... (BORGES, 2008, p.2)

Associando-se a informação fornecida pela pesquisadora BORGES (2008, p.2), supracitada, dando conta da existência de um registro de óbito e sepultamento, nos arquivos da paróquia de Sant'Ana, ocorrido em 1788 na então capela do Rosário, situada, localizada onde hoje é o templo religioso da Irmandade do Rosário, com om ano de 1885 data de conclusão e realização da primeira missa realizada no novo templo da igreja matriz de Nossa Senhora Santa Anna e levando-se em consideração a afirmação transmitido por oralidade segundo a qual os negros do Caicó foram impedido

de adentrar ao novo templo da igreja de Santa Ana, tendo que assistir à missa pelo lado de fora da igreja, podemos concluir que sua construção pode ter ocorrido neste intervalo de tempo (entre os anos de 1785 a 1788).

Quanto à construção da primitiva capela e suas respectivas ampliações não há a menor dúvida sobre o fato de a mesma ter sido construída pelo esforço e dedicação dos próprios negros da irmandade do rosário, cujas festividades²⁷, “com a ajuda do primeiro padre da igreja Santana”, o vigário Francisco Alves Maia (de 1748 a 1788), conforme depoimento oral de seu Possidônio Silva (2016), nestes termos:

Retiraram de dentro da água lama desses lagos, do açude da intendência, fizeram uma grade de madeira e começaram a fabricar tijolos e começou a construir a capela. (...) Aí resolveram construir a capela de nossa senhora do rosário, já com a ajuda do primeiro padre da igreja Santana. Aí construíram a capela no lugar aonde hoje é a igreja do Rosário. Começaram com um quartinho, foi crescendo, foram ajeitando. Só que hoje, depois de muitos anos ela é reformada por qualquer pessoa! Mas só que antes, só quem botava ali uma pá de cal, um tijolo, não eram os negros? Lá só estavam os negros. Quem administrava eram os negros. Tudo o que acontecesse ali, da igreja do rosário até o beijo do rio Barra Nova, era sob o domínio dos negros. (Idem, depoimento oral concedido em 21/05/2016).

A Festa do Rosário era originalmente realizada no mês de dezembro, onde os negros do Seridó, Irmanados na fé católica e congregados em templos separados, finalmente puderam criar a irmandade do rosário, cuja constituição, conforme visto data de 16 de junho de 1771, data de elaboração dos estatutos (Compromissos) da confraria religiosa oficialmente criada da *Irmandade do Rosário dos homens Pretos*. Acerca da data do surgimento da irmandade e realização das festas da padroeira dos pretos, o ilustre membro da Irmandade seu Possidônio Silva comenta:

A origem da Festa do Rosário é de 1752, que foi quando os negros, as famílias negras do Caicó fizeram a primeira festa do Rosário. Não foi a igreja. Não foi padre, não foi diocese, não foi ninguém. Quem

²⁷ Possidônio Silva em depoimento oral concedido em maio de 2016 afirma lhe fora repassado pelos seus familiares ancestrais que a Festa do rosário de Caicó é comemorada desde o ano de 1752

iniciou a festa do Rosário de Caicó foi as famílias de negros! Veio padre, tudo bem. Mas, quem organizava tudo e fazia tudo eram os negros, antes da sua sede própria. (Idem, depoimento oral concedido em 21/05/2016).

Acerca do período de realização da Festa do Rosário e da irmandade negra, conta o popular Pedro pereira Cavalcanti (conhecido por Xambaril), membro da irmandade dos Negros do Rosário de Caicó e descendente de escravos da família negra da linhagem do Rei Perpétuo da irmandade, que, anualmente, no início de dezembro, como de costume, os negros escravos, libertos e aforros da freguesia, vindos das fazendas do Seridó rumava para a fazenda Barra do Samanaú²⁸, localizada próximo ao Povoado do Caicó, a fim de participar dos preparativos para festa de sua padroeira, que segundo informações do senhor Possidônio Silva, ex-coordenador do grupo dos negros do Rosário de Caicó, encerrava-se no Natal²⁹. Era provavelmente nestes encontros anuais de negros da irmandade onde a cultura africana se desenvolvia e se fortalecia, graças à força da oralidade (lembranças, histórias e lendas).

Acerca da data oficial de criação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Seridó a Prof.^a Cláudia Cristina do Lago Borges (2008), informa:

(...) a data mais aceita da elaboração dos Compromissos da Irmandade dos Negros do Rosário é de 16 de junho de 1771 (...) O livro de tomo da Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó não registra quando o documento contendo a concordância com os Compromissos da Irmandade voltou ao Brasil, mas deixa clara a data em que foi realizada a sessão solene que tornou pública a confirmação régia: a 27 de dezembro de 1773, e na ocasião foi instalada oficialmente na Matriz de Santana a primeira Mesa administrativa.

²⁸ A referência à fazenda Barra do Semanaú como lugar de origem dos negros do Rosário deve-se a informações levantadas na pesquisa, contidas em escritos ainda não publicados e depoimentos orais do Seu Possidônio Silva, como também do popular Pedro Pereira Cavalcanti (Xambaril), descendente de escravos e membros da irmandade dos Negros do Rosário de Caicó.

²⁹ Vale salientar que o período de realização da realização da Festa do Rosário de Caicó, conforme depoimentos orais levantados pela pesquisa, concedidos por lideranças locais da irmandade, nem sempre fora no mês de outubro como ocorre atualmente. Originalmente à realização da festa acontecia no mês de dezembro, antecedendo o nascimento do Messias.

Porém, sabemos que a oficialização da confraria religiosa, geralmente não condiz com a criação e funcionamento de fato das irmandades conforme explica a citada autora, “a elaboração dos compromissos nem sempre coincidiu com a época da organização da irmandade, sendo frequente a defasagem de tempo entre os dois atos no século XVIII”. (BORGES, 2008, P. 3)

Seguindo nesta linha de raciocínio, o surgimento da irmandade dos Negros do Rosário do Seridó, enquanto manifestação popular-religiosa seria, portanto, anterior à elaboração de sua oficial Constituição, remetendo, portanto, aos primórdios da criação da própria freguesia de Nossa Senhora Santa Anna, localizada no povoado do Seridó, em 1748.

Originalmente, conforme visto a realização da Festa de Nossa Senhora Rosário pelos negros do antigo povoado do Caicó era no mês de dezembro, no período que antecedia o Natal (nascimento do Messias), como a propósito atualmente ainda é celebrada em Jardim do Seridó e Parelhas. Em Caicó a mudança da data da Festa do rosário de dezembro para outubro não se sabe ao certo a partir de quando teria ocorrido, talvez tenha ocorrido após sua oficialização, em 1773, passando a seguir a data estabelecida para o mês de outubro, cuja origem deve-se à tradição católica de celebração da vitória dos cristãos na Batalha de Levanto contra os “bárbaros” Otomanos, ocorrida no dia 07 de outubro de 1571.

A dança do espontão surge de maneira espontânea entre os escravos, no trabalho duro do campo, nos raros momentos de folga, talvez no retorno à “boca da noite”, como se diz no sertão. Teria surgido, conforme levantados orais da pesquisa, como brincadeira coletiva realizadas no campo entre os escravos, no manuseio hábil das enxadas (instrumento de trabalho diário no campo) quando arremessadas com destreza, depois substituídas por lança (adornos guerreiros chamados espontões, daí o nome da dança) usadas com habilidade pelos mais jovens, embalados pelos tambores que ditam os ritmos da dança da negra e majestosa corte real que ao final triunfará. Os repiques dos tambores ditam os passos e o ritmo da dança que simula cenas de conflitos de guerreiros africanos, surgindo daí a dança do espontão que anima as missas, ruas e lares da Caicó antiga e atual.

Assim, depois de cumprido os dez dias de festividade, levar a todos os lares da freguesia sua mensagem de fé, religiosidade, amor e fraternidade alegria ao povo do lugar, após recolher os donativos da Santa para a edificação da sede de sua igreja, após o caminhar solene da corte ao lado do povo em procissão, ao final da última novena da (no domingo) festa irmandade protagoniza solenemente a passagem das coroas ao novo Rei e Rainha do Congo, solenidade que se renova a cada ano e se reveza entre as quatro comunidades (*quarteirões*) integrantes da irmandade, acompanhado de perto pelos Reis Perpétuos, recebendo a benção de sua padroeira Nossa Senhora do Rosário, momento de graça e alegria dos devotos e membros da irmandade.

Então, embalados pelo repique frenético dos tambores, acalentados pela suavidade rústica e penetrante da velha flauta, a comunidade negra, de mãos dadas aos irmãos brancos é tomada por grande emoção coletiva, alegria e espiritualidade, no momento em que os dançarinos-guerreiros erguem suas lanças para o alto em sinal de gratidão, devoção e de renovação de votos a Senhora do Rosário, padroeira e protetora dos petos, pardos, mulatos, brancos e negros da nação brasileira.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manterem-se ativas ao longo de séculos, superar todas as adversidades, resistir as dificuldades históricas é uma característica marcante das MANIFESTAÇÕES socioculturais de origem africanas, especificamente das irmandades negras brasileiras, particularmente das irmandades de negros do Rosário do Seridó, especialmente de Caicó, objeto de estudo da presente pesquisa, testemunhos vivos da extraordinária capacidade de resistência sociocultural da comunidade negra, de matriz africanas.

Os elementos de resistência sociocultural dos povos negros não sucumbiram apesar das chagas sociais deixadas pela escravidão e pelo igualmente nefasto processo de marginalização, segregação e emparelamento socioeconômico os quais a comunidade negra brasileira permanecera submetida, desde 1888, ano da conquista da pseudoliberalidade aos dias atuais.

A permanência, atualmente, dessas associações socioculturais religiosas, as irmandades de negros do rosário, ainda ativas no sertão norte-rio-grandense e paraibano (como: Caicó, Jardim do Seridó/Parelhas e Serra Negra do Norte, Santa Luzia e Pombal, por exemplo), assim como inúmeras outras espalhadas pelo restante do país, são testemunhos vivos da extraordinária capacidade de resistência sociocultural das comunidades negras brasileiras.

Retomemos, finalmente, o questionamento inicial, norteador da presente pesquisa: *Como a “Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó”, conseguiu resistir ao nefasto processo de dominação cultural, escravidão, genocídio, espoliação, opressão, preconceito e marginalização pelo qual os povos africanos escravizados e seus descendentes, permaneceram (e ainda permanecem) submetidos desde sua criação ao longo de quase 250 anos de existência?*

Primeiramente, uma característica marcante de todas as manifestações socioculturais e religiosas, sem exceção, de matriz africana, especificamente, as irmandades negras brasileiras, por força de sua origem popular peculiar, reside justamente em sua extraordinária capacidade de sobrevivera por séculos às adversidades e intempéries do processo de histórico graças ao hibridismo cultural típico das

manifestações negras, ou seja, graças à sua capacidade de adapta-se e de convivência com as adversidades impostas.

Outro fator importante, que também deve ser destacado, é a própria origem étnica do grupo. Enquanto que na tradição cultural-religiosa europeia os ritos, manifestações e credos religiosos se dão através da escrita, as manifestações ritualístico-religiosas dos povos nativos dá-se pela oralidade, fator que lhes confere uma maior flexibilidade e capacidade adaptação às inovações, interação e superação diante dos problemas e adversidades. Dai a elevada capacidade de resistência evidenciada pelos “Negros do Rosário” do Seridó (Caicó, especificamente). Sua força reside, portanto, em sua origem popular associada à história de resistência de capacidade de sobrevivência dos povos negros às adversidades impostas pelos processos históricos.

Por força da oralidade, as Irmandades de negros do Rosário seridoenses preservam, ainda hoje, de maneira autêntica os elementos fundamentais da cultura africana, desenvolvidos, reinventados e incorporados aos festejos de celebração e veneração de sua padroeira.

Devemos ainda reconhecer que, ao contrário dos prognósticos pessimistas quanto ao futuro dessas organizações socioculturais populares tradicionais, a Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó se apresenta hoje em pleno processo de expansão e retomada da valorização da identidade e da cultura do povo negro, uma expressão fidedigna da resistência sociocultural da cultura africana ao processo de dominação cultural dominante, de um povo que soube criar seus próprios mecanismos de libertação cultural e espiritual, artifício de libertação contra a agressão impingida pela ordem mercantilista de um capitalismo que se erguera sobre os ombros da mama África.

O processo civilizatório europeu não fora capaz de conter a força da cultura popular das comunidades negras espalhadas pelo território brasileiro. Por força da oralidade, as irmandades de negros do rosário seridoenses preservam, ainda hoje, de maneira autêntica os elementos fundamentais da cultura africana, desenvolvidos, reinventados e incorporados aos festejos de celebração e veneração de sua padroeira, cuja beleza, conteúdo e originalidade as credencia como merecedoras de integração do acervo imaterial do Patrimônio Cultural do Povo Brasileiro, tendo em comemorar seus 250 anos de existência.

Portanto, na eminência de completar 250 anos de existência a Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó se renova a cada dia aumentando sua importância e seu prestígio junto à comunidade negra e a sociedade seridoense, cuja vitalidade se expressa no elevado número de crianças e jovens do município que integram o grupo dos dançarinos da irmandade, que recebem por parte dos membros mais experientes da irmandade uma formação sociocultural, religiosa e cidadã de que necessitam no sentido da superação dos preconceitos e da conquista da igualdade.

A Irmandade adentra a terceira década do século XXI afirmando-se e se firmado como importante mecanismo sociocultural de resistência e superação de preconceitos e de conquista da identidade sociocultural e espiritual da comunidade negra seridoense, apresentando-se como um mecanismo fundamental de luta contra o processo de dominação cultural individual e coletiva, por parte dos povos negros, mulatos, pardos, mestiços e, inclusive, brancos no exercício de suas necessidades espirituais, fraternais e socioculturais.

Atentos aos ensinamentos dos mais velhos, motivados pelo encantamento e aplausos sinceros dos que os admiram e resistentes aos olhares atravessados, narizes contorcidos e atitudes de desprezo e indiferença dos que os criticam, a juventude dos “Negros do Rosário” do Caicó seguem vigorosamente caminhando rumo ao futuro, na eminência de seu bicentenário e meio de existência.

As irmandades representam, portanto, “uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para negros trazidos da África como escravos como também para os negros mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos” (RUSSELL WOOD, 2005, p. 193), uma possibilidade concreta de conquista, individual e coletiva, por parte dos povos negros e seus descendentes, escravizados ou libertos, de exercício de suas necessidades espirituais, fraternais e de conquista (e/ou resgate) de identidade sociocultural. Constitui-se ainda um mecanismo essencial de expressão, de exercício e valorização da identidade sociocultural do povo negro, uma expressão fidedigna da resistência da cultura popular de matriz africana ao processo de dominação e massificação cultural dominante.

É, portanto, na capacidade de assimilação, flexibilização, atualização e identificação popular e juvenil que reside à força de resistência que possibilita à

irmandade dos negros do Rosário de Caicó, sobreviver e se perpetuar ante os preconceitos, à marginalização e ao processo de massificação cultural do mundo moderno. Por isso, podemos afirmar com segurança que as irmandades de negros do rosário seridoenses, continuarão ativas e sobreviverá aos desafios de um mundo globalizado.

Hermandad del Rosario Caico Negro: Religiosidad y Resistencia Sociocultural

Hugo Martins de Souza

El Dr. Maria de Fátima García.

RESUMEN

Eminencia de los 250 años de la constitución de la Hermandad del Rosario de Negro Hombres Seridó, en 2021, el Caico de Rosario Negro permanecen para celebrar la fiesta de su patrón que presenta las calles de la ciudad en su procesión real de ritmo por el ritmo de los tambores y la suavidad de la Fife, suena dictar el guerrero coreografía de bailarines / espontão lanzadores (puesta en escena de baile de inspiración africana de una batalla guerrero en defensa de su reinado), manifestación sociocultural de genuina belleza creada en la época colonial por los esclavos africanos y dios descendientes. La expresión socio-cultural y religioso del Rosario es los Negros son un simbolismo tradición de fe, la belleza y socio-culturales que se renueva cada año, consagrado en el acto simbólico de crownings los Reyes (Reyes del Congo) de Rosario. Toda la diversidad de elementos que componen el mosaico complejo socio-cultural africana (afro-brasileña, en particular) la religión es sin duda uno de los aspectos más significativos de la cultura popular africana cuyo proceso de civilización europea no había sido capaz de silenciar. Es en este contexto de conflicto y la resistencia que se convirtió dispuesto a profundizar la discusión y el debate acerca de la comprensión teórica de los mecanismos de resistencia socioculturales de los pueblos africanos y sus descendientes, cuya historia había sido marcado por el cautiverio, con el objeto de investigación el estudio de la Hermandad Rosario de negro afirmación Hombres Seridó, referencia de valoración y (re) de la identidad social y cultural de las personas de raza negra cuya historia está marcada por la herradura uno de los procesos de despojo más violentos y la negación de la dignidad humana, la esclavización de los africanos capitalista europea y el consiguiente proceso de marginación, la exclusión, la segregación, la discriminación y la albañilería socio-cultural y económico evidente poco después de la conquista de la "libertad" para el día de hoy.

PALABRAS CLAVE: Cofradías Negras. Negro Rosario. la resistencia sociocultural.

REFERÊNCIAS

FESTA DO ROARIO: A MAIOR FESTA RELIGIOSA E SÓCIO-CULTURAL DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA. Disponível em:

<http://rosariopombal.blogspot.com.br/>. Acesso em 12/06/2016.

ALBEQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. Uma história de negro no Brasil. Salvador; Brasília: Centro de estudos Afro-Ocidentais; Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; OLIVEIRA, Iranilson Buriti; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; e VALENTE, Isabel Maria Freitas (orgs.). Daqui e D'Além Mar. Campina Grande: EDUFCG, 2012.

BARROS, José D'Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. O Projeto de Pesquisa em História. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. Disponível em:

<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=trabalho-escravo>. Acesso em 20 de maio de 2016.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. A cor da oração: uma irmandade negra no Sertão do Seridó no século XVII. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Caicó: Mneme – Revista de Humanidades/UFRN (Nº 24), 2008.

CARVALHO, Flávia Maria de. Poderes locais angolanos: Ngolas, sobas, tandalas e macotas na dinâmica dos governos ilustrados portugueses da segunda metade do século XVIII. Disponível em: <http://tudosobreangola.blogspot.com.br/2010/08/reis-e-sobas-da-angola-colonial.html>. Acesso em 22 de junho de 2016.

CASCUDO, Luis da Câmara. Viajando o Sertão. 3ª edição. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte: Fundação José Augusto, 1984.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL (ANAIS):

A experiênica colonial no Novo Mundo (séculos XVI a XVIII). Mneme: Revista de Humanidades. UFRN. Caicó. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 11 junho de 2016.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine. Caicó. Natal, 1992.

IMPÉRIO BANTUS. Disponível em:

<http://imperiobantuspovoescravizados.blogspot.com.br/>

<http://www.geledes.org.br/>. Disponível em 28 de maio de 2016.

LAMARTINE, Juvenal. Velhos costumes do meu sertão. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

LIVRO DE COMPROMISSO da Irmandade do Rosário dos Negros da Freguesia do Seridó.

LUNGARZO; Carlos. O que é ciência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). Capitania do Rio Grande: histórias e colonização da América portuguesa. João Pessoa; Natal: Ideia Editora; EDUFRN, 2013.

MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2013.

MACÊDO, Muirakytan K. A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina grande: EDUFRN; EDUFPB, 2012.

MACÊDO, Muirakytan; K. CAVIGNAC, Julie. Tronco, Ramos e Raízes: história e patrimônio cultural do Seridó negro Natal; Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal. EDUFRN, 2014.

MARTINS, T. J. Quilombo do campo Grande: A História de Minas roubada do povo. São Paulo: A Gazeta Maçônica 1995.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MISSÃO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS. Disponível em: <http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/> acesso em 12 de junho de 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>. Acesso em 26 de junho de 2016.

TURISMO/CRISTAIS-MG. Disponível em: <http://www.mgquilombo.com.br/turismo/cristais>. Acesso em 27 de maio de 2016.

REVISTA DE HISTÓRIA. COM.BR. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/do-calundu-ao-candomble>
<http://www.cerescaico.ufrn.br/historiadecaico/sumario1.htm>. Acesso e: 04 de junho de 2016.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Vagner Gonçalves. Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVERA, Renato da. Do Calundu ao candomblé. Disponível em: <http://www.muadamba.net/2014/05/o-reino-do-congo-a-decadencia-final-do-reino-do-congo.html>. Acesso em 26 de junho de 2016.

SUASSUNA, Luis Eduardo B., MARIZ, Marlene da Silva. História do Rio Grande do Norte: Colonial (1597/1822). Natal: Natal Editora, 1997.

_____. História do Rio Grande do Norte: Império e República (1822-1934). Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

UNESCO. História Geral da África (Volume IV): África do século XII ao XVI / editado por Djibril Tamsir Niane. Brasília, 2010.

_____. História Geral da África, (Volume V): África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília, 2010.